



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ROGER BRÁULIO DE SOUZA FARIAS

**A GRANDE “SECA” DE 1979-1983: ESTADO, OLIGARQUIAS,
FRENTES DE EMERGÊNCIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB**

SUMÉ – PB

2018

ROGER BRÁULIO DE SOUZA FARIAS

**A GRANDE “SECA” DE 1979-1983: ESTADO, OLIGARQUIAS,
FRENTES DE EMERGÊNCIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM SÃO
JOÃO DO CARIRI-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé – CDSA.

Área de concentração: Educação do Campo, Estado e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto

SUMÉ – PB

2018

F224g Farias, Roger Bráulio de Souza.
A grande “seca” de 1979-1983: Estado, oligarquias, frentes de emergência e resistência camponesa em São João do Cariri - PB. / Roger Bráulio de Souza Farias. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

88 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Resistência Camponesa. 2. São João do Cariri – PB. 3. Seca no Nordeste. 4. Frente de Emergência no Nordeste. 5. Oligarquias. 6. Cariri Paraibano – seca de 1979. 7. História Social. I. Título.

CDU: 94(813.3)(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

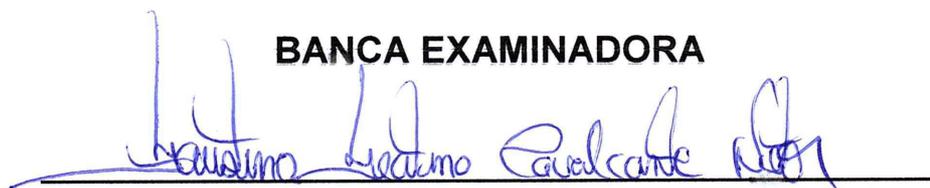
Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

ROGER BRÁULIO DE SOUZA FARIAS

**A GRANDE SECA DE 1979-1983: ESTADO, OLIGARQUIAS,
FRENTES DE EMERGÊNCIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM
SÃO JOÃO DO CARIRI-PB**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação do
Campo como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em
Educação do Campo, na área de
Ciências Humanas e Sociais, pela
Universidade Federal de Campina
Grande, Campus Sumé – CDSA.

BANCA EXAMINADORA



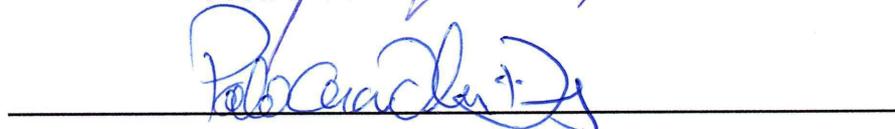
Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (Orientador)



Prof. Dr. Fabiano Custódio de Oliveira



Prof. Dr. José Marciano Monteiro



Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz

Data de aprovação: 20/12/2018

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus que me proporcionou esse momento tão emocionante em minha vida; aos meus pais, Edivan Farias e Maria Vilani; a memória dos meus avós já falecidos, Joaquin Candido e Alta Etelvina de Farias; a toda família e, enfim, a todos que me ajudaram nessa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro agradecer a Deus e a Nossa Senhora dos Milagres por me fazer presente na fé, onde nem sempre os caminhos foram fáceis, mas crendo e se esforçando muito, os frutos tardavam, porém vieram.

Ao meu pai, Edivan Farias, e minha mãe, Maria Vilani, e meus irmãos, Diego e Danilo, que sempre estiveram junto a mim durante esses anos de graduação, me apoiando e se preocupando. A minha tia Diva, que é minha segunda mãe.

Ao meu grande amigo e professor Luiz Gustavo e minha comadre Giovana Farias, por me incentivarem a fazer o curso de Educação do Campo, acreditando no meu potencial como docente.

Aos amigos da Residência Universitária Denis Monteiro, Lucas Wagner, Willian do Ó, Mércia Ires, Samara Felismino, Amélia Lopes, Laura Araújo, Roberta Araújo, Micilene, Judieldo Morais, Dayse Freitas, Jéssica Dayse e ao meu irmão José Carlos (Dudé), por terem sido a minha família durante esse anos no CDSA; levarei um pedacinho de cada um dentro do meu coração.

Aos meus colegas de área Dayanne Feitosa, Jefferson Daniel e Vanessa Braga, aos quais tenho grande admiração e respeito e que devo muito pelas ajudas que me deram durante os anos de graduação, passando por momentos alegres e ruins durante o curso com muita força e perseverança.

Aos demais colegas da turma inicial da Lecampo e agregados pela bela trajetória durante os mais de quatro anos.

Ao professor Fabiano Custodio e a professora Socorro Silva, por encontrar em vocês, além de ótimos professores, excelentes amigos que quando precisei estavam ao meu lado.

Ao professor Faustino por dispor um pouco do seu tempo para orientar meu trabalho, pelas aulas e debates extremamente produtivas em sala de aula, pelas divertidas conversas informais e, principalmente, pela paciência com minha pessoa durante todos esses anos.

Aos meus amigos Roselito, Alison, Nandinho, Ranny, Leonardo, Maria Helena, Luciano, Romário, Isabel, Junior, Anderson, Hortência, Ligia e minha namorada Carolina por aguentar minhas loucuras diárias.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho problematiza o surgimento da “seca” no Semiárido brasileiro, particularmente a ocorrida entre os anos de 1979 e 1983, no município de São João do Cariri-PB, observando como as oligarquias locais se beneficiaram das políticas públicas estatais voltadas a combater esse fenômeno climático. Especificamente essa pesquisa buscou: primeiro, estudar a “seca” no semiárido brasileiro, as políticas públicas voltadas a combatê-la, o território de São João do Cariri e as suas oligarquias; segundo, analisar detalhadamente a “seca” de 1979-1983 e seus desdobramentos (políticas públicas e suas irregularidades e resistências camponesas) na Paraíba; e, por fim, perceber as nuances dessa “seca”, das oligarquias e das *Frentes de Emergência* em São João do Cariri-PB. Buscamos aporte teórico na História Social centrada no materialismo histórico a partir do autor E. P Thompson que nos trouxe importante lição para estudarmos o universo das resistências camponesas. A coleta de dados foi feita através de consulta a uma bibliografia geral, assim como por meio de diversas fontes diretas: jornais e depoimentos. Os estudos realizados permitiram compreender as várias tensões e conflitos que se deram entre as oligarquias locais (Brito e Gaudêncio) e os camponeses do município de São João do Cariri-PB, como parte de uma complexa rede de relações de poder que garantiu um processo de resistência naquele mundo camponês onde as oligarquias agrárias e políticas procuravam a todo custo se fazerem hegemônicas.

Palavras chave: “Seca”. Frente de Emergência. Resistência Camponesa. Semiárido.

ABSTRACT

This paper discusses the emergence of "drought" in the Brazilian semi-arid region, particularly the one that occurred between 1979 and 1983, in the municipality of São João do Cariri-PB, observing how local oligarchies benefited from state public policies aimed at combating this phenomenon climate change. Specifically, this research sought: first, to study the "drought" in the Brazilian semi-arid, public policies aimed at combating it, the territory of São João do Cariri and its oligarchies; second, to analyze in detail the "drought" of 1979-1983 and its developments (public policies and their peasant resistance and irregularities) in Paraíba; and, finally, to understand the nuances of this "drought", of the oligarchies and of the Emergency Fronts in São João do Cariri-PB. We seek a theoretical contribution in Social History centered on historical materialism from the author E. P Thompson that brought us important lesson to study the universe of peasant resistance. Data collection was done through consultation of a general bibliography, as well as through several direct sources: newspapers and testimonials. The studies carried out allowed us to understand the various tensions and conflicts between the local oligarchies (Brito and Gaudêncio) and the peasants of the municipality of São João do Cariri-PB, as part of a complex network of power relations that guaranteed a process of resistance in that peasant world where agrarian and political oligarchies sought at all costs to become hegemonic.

Keywords: Drought. Emergency Front. Peasant Resistance. Semi-arid.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| IMAGEM 01 – MICRORREGIÕES DO CARIRI PARAIBANO..... | 26 |
| IMAGEM 02 – MISSÃO DOS CARIRIS DE FORA NO SÉC. XVII OU ALDEIA DE CARNOIÓ, ATUAL MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO..... | 26 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|----|
| MAPA 01 – ESTADO DA PARAÍBA COM AS MICRORREGIÕES DO CARIRI DESTACADAS..... | 25 |
| MAPA 02 – CARIRI PARAIBANO: VILA REAL DE SÃO JOÃO DOS CARIRIS VELHOS (1800) | 27 |
| MAPA 03 – CARIRI PARAIBANO: MUNICÍPIOS “TRONCOS” (1831 E 1835)..... | 27 |
| MAPA 04 – CARIRI PARAIBANO: FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO (1872 E 1886) | 28 |
| MAPA 05 – CARIRI PARAIBANO: FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO (1951 E 1959) | 31 |
| MAPA 06 – CARIRI PARAIBANO: FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO – 1961 E 1962..... | 32 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 01 – CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A “SECA” | 22 |
| QUADRO 02 – DISTRITOS DE SÃO JOÃO CARIRI E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS | 29 |
| QUADRO 03 – PREFEITOS DO CARIRI PARAIBANO ELEITOS EM 1976 | 38 |
| QUADRO 04 – NÚMERO DE MUNICÍPIOS, DE PROPRIEDADES E DE ALISTADOS | 51 |
| QUADRO 05 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI | 60 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 “SECA”, SEMIÁRIDO, POLÍTICAS PÚBLICAS, SÃO JOÃO DO CARIRI E SUAS OLIGARQUIAS..... | 17 |
| 2.1 A “SECA” NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO..... | 17 |
| 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARADIGMA DO COMBATE À “SECA”..... | 19 |
| 2.3 A GRANDE “SECA” DE 1979/1984..... | 23 |
| 2.4 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI E SUAS OLIGARQUIAS..... | 25 |
| 3 A “SECA” DE 1979-1983 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PARAÍBA..... | 33 |
| 3.1 “SECAS”, OLIGARQUIAS E <i>FRENTES DE EMERÊNCIA</i> NA PARAÍBA..... | 33 |
| 3.2 AS <i>FRENTES DE EMERGÊNCIA</i> , SUAS IRREGULARIDADES E RESISTÊNCIA CAMPONESA NA PARAÍBA..... | 52 |
| 4 “SECA”, OLIGARQUIAS E <i>FRENTES DE EMERGÊNCIA</i> EM SÃO JOÃO DO CARIRI (1979-1983) | 60 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| REFERÊNCIAS | 72 |
| APÊNDICES | 76 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema *A grande seca de 1979-1983: Estado, oligarquias, Frentes de Emergência e resistência camponesa em São João do Cariri-PB* e objetivou procurar entender o surgimento da “seca”¹ no Semiárido² brasileiro, particularmente a ocorrida entre os anos de 1979 e 1983, no município de São João do Cariri-PB, observando como as oligarquias³ locais se beneficiaram das políticas públicas estatais voltadas a combater esse fenômeno climático. Especificamente essa pesquisa buscou: primeiro, estudar a “seca” no semiárido brasileiro, as políticas públicas voltadas a combatê-la, o território de São João do Cariri e as suas oligarquias; segundo, analisar detalhadamente a “seca” de 1979-1983 e seus desdobramentos (políticas públicas e suas irregularidades e resistências camponesas) na Paraíba; e, por fim, perceber as nuances dessa “seca”, das oligarquias e das *Frentes de Emergência* em São João do Cariri-PB.

A literatura produzida (historiográfica, sociológica e geográfica) que trata sobre a “seca” no Semiárido brasileiro aponta para a complexidade da questão dizendo que a sua emergência se deu, sobretudo, após a chamada Primeira República velha (1889-1930), muito mais como um fenômeno social do que climático. Tal emergência se deveu a um discurso político proferido pelos muitos coronéis da região e seus representantes na imprensa e no parlamento que a legitimou como algo natural, cujo fim foi o de esses agentes se beneficiarem com recursos públicos advindos para combatê-la..

O federalismo advindo com a República (1889) outorgou autonomia aos estados do Brasil e, desse modo, descentralizou o poder que antes se concentrava na capital federal. A partir de então, as oligarquias estaduais recebiam os recursos federais e os distribuía com as oligarquias locais dos seus vários municípios, movimento esse responsável pelo fortalecimento de um novo personagem político: o coronel. O fenômeno do coronelismo⁴, assentado no grande propriedade rural

¹ Optamos por colocar a palavra seca entre aspas por entendermos que ela é resultado muito mais de uma construção sociocultural por parte das oligarquias do que um fenômeno natural. Como mostraremos mais adiante, o Semiárido é marcado por um clima específico, cuja grande característica é a sua irregularidade pluviométrica entre janeiro e abril.

² Mais adiante apresentaremos o que se compreende por Semiárido.

³ Regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Sobre o estudo das oligarquias na Paraíba ver Gurjão, 1994.

⁴ Prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) e que configura uma forma de mandonismo em

(latifúndio) expressou características sociais e políticas não só no Nordeste mais como também em todo Brasil.

Assim, a Paraíba, o Cariri paraibano e o município de São João do Cariri não eram diferentes do restante do Brasil republicano. Nesse último território, duas oligarquias se fizeram presentes nos campos de disputas pelo poder local e estadual: os Brito e os Gaudêncio. Seus chefes políticos tinham rivalidades, lutas e conflitos com seus opositores e buscavam usar junto ao povo pobre práticas tipo a do “voto de cabresto”⁵ para se elegerem e conseguirem recursos, principalmente nos períodos de estiagens dentro do que ficou conhecido como a “indústria da seca”⁶.

Portanto, o nosso trabalho procurou entender a “seca” ocorrida no município de São João do Cariri-PB, entre os anos de 1979 e 1983, observando como as oligarquias locais se valeram em seu favor das políticas públicas, a exemplo das *Frentes de Emergência*, reclamadas e advindas em nome dos camponeses pobres.

A presente pesquisa se justifica, primeiro, por se tratar de um tema o qual sempre nos despertou enorme interesse, uma vez que, durante minha infância e juventude, sempre ouvia falar das brigas de duas oligarquias políticas do município em análise, ora como tendo sido algo positivo, ora como tendo sido algo negativo, o que terminou por nos deixar com muitas perguntas a esse respeito. Segundo, porque são muitos os relatos orais de memória de pessoas idosas que dão conta da disputa dessas suas famílias pelo poder, bem como sobre as *Frentes de Emergência*, popularmente chamada de “cachorra maga”⁷, sendo, contudo, poucos os trabalhos acadêmicos que tenham tratado especificamente desse tema nessa macrorregião da Paraíba. Terceiro, porque pretende contribuir com a literatura (historiográfica, sociológica e geográfica), uma vez que o tema tem uma relevância científica e social.

que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social cultural e político local.

⁵ O voto de cabresto é um mecanismo de acesso aos cargos eletivos por meio da compra de votos com a utilização da máquina pública ou o abuso de poder econômico. É um mecanismo muito recorrente no interior do Brasil como característica do coronelismo.

⁶ “Indústria da seca” é um termo utilizado para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitam a tragédia da seca na região Nordeste do Brasil para ganho próprio. O termo começou a ser usado na década de 1960, por Antônio Callado que já denunciava no Jornal *Correio da Manhã* os problemas da região do Semiárido brasileiro. Disponível em www.infoescola.com/geografia/industria-da-seca

⁷ As *Frentes de Emergência* se popularizaram pelos vários municípios da Paraíba pela alcunha de “cachorra maga” devido à semelhança entre a condição de sobrevivência daquele animal e a situação difícil em que o povo camponês vivia.

Os dados encontrados serão analisados a partir das lições teórico-metodológicas embasada da História Social, todavia, sem desprestigiar a dimensão cultural que se faz presente nas questões sociais. A História Social é aquela que tem por base o materialismo histórico que se preocupa em evidenciar a vida e os costumes de pessoas simples, suas relações de poderes e suas lutas cotidianas pela sobrevivência em meio aos seus contrários; é uma história que tem a ver com os conflitos, com os processos de mudanças e de transformações do ser humano em seu contexto social e cultural.

Nesse sentido, um estudo que nos auxiliou a problematizar o nosso objeto foi o do historiador inglês E. P. Thompson que se dedicou a fazer uma “história dos de baixo”. Em sua obra *A formação da classe operária inglesa* (1987) identificou que o sentimento de “classe” aparece a partir de um acúmulo de experiências entre as pessoas que fazem parte do mesmo grupo social, quando os mesmos de forma consciente buscam interesses em comum. Logo, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10). Ou seja, ao analisarmos um determinado processo histórico, não devemos desvincular de sua formação social a dimensão cultural. Na sua obra *Costumes em comum* (2008), especialmente no capítulo *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*, esse autor observa que os usos e costumes tradicionais dos populares ingleses daquele século eram prioritários nos momentos de resistências quando de seus conflitos com os capitalistas que insistiam em aumentarem os preços da farinha de trigo ou do pão, sem que houvesse reajustes salariais.

Thompson (2008, p. 152) afirma que “é possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora”, ou seja, ele diz que os populares ingleses acreditavam estar defendendo seus direitos e seus costumes, fato que era apoiado pela comunidade geral. A partir dessas leituras, buscamos refletir o nosso objeto de estudo, uma vez que pensamos as tensões e conflitos que se deram entre as oligarquias locais e suas instituições (Prefeitura, Câmara de Vereadores, EMATER) com os camponeses foram ocasionados em vista de certa moral e honra presentes nas práticas socioculturais das comunidades do Cariri paraibano.

Para adquirir maior conhecimento com relação ao tema abordado foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de maneira a compreender o que seria utilizado como base para a aquisição de dados na realização do trabalho. De maneira

complementar, nos debruçamos sobre dois universos de fontes (o jornal, e os relatos orais de memórias) para buscar entender as relações de poder estabelecidas entre as oligarquias e os camponeses, sobretudo no bojo das *Frentes de Emergência*. Vale destacar o cuidado metodológico que o pesquisador deve ter ao tratar com cada uma dessas fontes, pois são produções datadas e que precisam ser vistas sempre como produções de sujeitos em um tempo marcado por interesses subjetivos específicos.

Sobre os jornais é importante destacar o papel desempenhado pelos jornais, uma vez que são, sabidamente, uma das fontes mais ricas para se compreender as interpretações e visões da elite letrada de então que falavam em nome das elites agrárias e políticas, através de reportagens, crônicas, editoriais, etc. Assim, cabe ao pesquisador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de informação, observando as fontes de informação de uma dada publicação; sua tiragem; área de difusão; relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros.

Os depoimentos gravados e editados como relatos orais de memória, do ponto de vista teórico, caracterizam-se como parte dos recursos documentais a que o pesquisador pode recorrer, para ampliar o debate e o recorte temático do seu objeto de estudo. No que tange aos relatos orais de memória individual, o fato desta se apoiar na história possibilita que, ao estudá-la, se tenha também um conhecimento das formas de elaboração do passado de parcelas da população ou do grupo social em que o entrevistado se encontra inserido. (MONTENEGRO, 2001).

Nesta pesquisa será utilizado o pressuposto da pesquisa qualitativa que responde a questões muito particulares. Minayo (1994) se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Partindo das considerações postas, procuramos dar sentido a nossa monografia, intitulada de *A grande seca de 1979-1983: Estado, oligarquias, Frentes de Emergência e resistência camponesa em São João do Cariri-PB*, estruturando-a em três capítulos.

No primeiro analisamos o fenômeno da “seca” no semiárido brasileiro, as políticas públicas voltadas para combatê-la, dando ênfase ao período de 1979-1983, considerado o de maior ausência de chuvas do século XX, evidenciando as catástrofes que o povo camponês viveu nesse período. Logo após, falaremos sobre a microrregião do Cariri paraibano e do município de São João do Cariri, observando como se deu o seu povoamento português e as fragmentações territoriais que foram responsáveis pelas formações municipais correspondentes ao período em estudo, bem como as oligarquias agrárias responsáveis por esses contornos geográficos.

No segundo capítulo estudamos de forma mais ampla a “seca” e seus desdobramentos na Paraíba, entre os anos de 1979 e 1983, e seus desdobramentos (políticas públicas e suas irregularidades e resistências camponesas). Nesse particular, daremos destaque para as *Frentes de Emergência* e a forma como essa política de Estado funcionava dentro do que se convencionou chamar de “indústria da Seca”, como também para o conjunto de resistências vividas pelos homens e mulheres pobres do campo paraibano.

No terceiro e último capítulo investigamos as nuances dessa “seca”, das oligarquias e das *Frentes de Emergência* em São João do Cariri-PB, procurando identificar as relações de poder então estabelecidas entre as oligarquias locais e os camponeses expropriados pela força do latifúndio.

Essa pesquisa se enquadra na linha de pesquisa *Educação do Campo, Estado e Sociedade*, que se propõe a problematizar as lutas dos diversos atores sociais do campo e oligarquias políticas. Esperamos ter contribuído para com a produção de estudos sobre os povos camponeses do Cariri paraibano e desejamos que possam ter uma boa leitura.

2 “SECA”, SEMIÁRIDO, POLÍTICAS PÚBLICAS, SÃO JOÃO DO CARIRI E SUAS OLIGARQUIAS

Neste capítulo iremos fazer uma discursão sobre o fenômeno climático que ficou conhecido como “seca” no Semiárido brasileiro, para, em seguida, tratarmos do paradigma do “combate à seca”. Refletiremos depois a respeito do período entre 1979 e 1983, considerado como o que apresentou os maiores índices de ausência de precipitação pluviométrica nessa região e, por conseguinte, os maiores desastres para a vida do povo pobre camponês que habitava aquele espaço. Por fim, faremos considerações sobre o Cariri e o município de São João do Cariri, apresentando as oligarquias que ali se encontrava no poder enquanto representando o Estado e recepcionando as políticas públicas que ali chegavam dentro do que ficou conhecido na literatura como “indústria da seca”.

2.1 A “SECA” NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O termo “seca” passou a se referir ao longo período com o clima seco e a pouca ou nenhuma incidência de chuva. Durante esse período, a água disponível encontra-se abaixo dos parâmetros normais. Segundo Travassos (2013), as secas podem ocorrer de duas formas: a primeira, como de uma drástica diminuição, concentração espacial; a segunda, de forma temporal da concentração pluviométrica anual.

Quando ocorre uma grande “seca” o prejuízo é grandioso, pois as reservas de água da superfície se esgotam, a produção agrícola fica comprometida e a pecuária tornar-se debilitada ou dizimada. Dessa maneira, as camadas mais pobres da população rural, tomam-se vulneráveis a esse fenômeno climático.

Para Costa (2003), a “seca” no Nordeste do Brasil acontece como um fenômeno físico climático onde, durante a maior parte do ano, os dias são de verão intenso especificamente no Sertão e no Cariri, quando o inverno não ultrapassa quatro meses do ano, isto quando ocorre. Essa curta estação chuvosa, geralmente acontece com irregularidades temporais e espaciais, o que impossibilita uma previsão para os agricultores e pecuaristas dessas regiões. O normal dessa região é a irregularidade de chuvas que em alguns municípios não passam dos 300 mm anuais de chuva.

Outro ponto que é importante frisar para compreendermos esse fenômeno natural é a evapotranspiração⁸. Costa (2003) também coloca que evapotranspiração se trata de um fenômeno natural de evaporação das águas da superfície provocada pela alta temperatura e a baixa umidade relativa do ar e ainda as longas horas de exposição das águas ao sol. Dessa forma, essa série de processos acelera a secagem dos mananciais dessa região. Segundo esse autor, nessa região recebem-se cerca de 3.000 horas de sol por ano, causando uma grande evaporação. Com isso, ocorre um intenso processo de transpiração da vegetação daquela região, provocando a queda e secagem das folhas das plantas devido à baixa temperatura e a umidade relativa do ar.

Ainda de acordo com Costa (2003), historicamente implantou-se nessas regiões uma estrutura econômica inadequada para a mesma, onde se passou a serem desenvolvidas atividades não compatíveis para o clima natural. Assim, fica realmente impossível desenvolver suas potencialidades. Dessa maneira, a “seca” existe, porém precisamos aprender a conviver com elas usando tecnologias adequadas para o Semiárido.

Quando falamos na questão do Semiárido, falamos da região que ocupa o quinto maior território nacional e percorre um total de 1262 municípios brasileiros, onde, segundo a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)⁹, cerca de 26,62 milhões de brasileiros vive nessa região, conforme informações divulgadas pelos ministérios de integração nacional, sendo que 61,97% da população vivem na zona urbana e 38.03 % na zona rural (IBGE, 2010).

A maior parte do Semiárido está situada na região do Nordeste do Brasil e também se estende por parte norte do estado de Minas Gerais, ou seja, ocupando 18% do território do estado. Segundo a ASA, dos nove estados do Nordeste, mais de 85% dos seus territórios são semiáridos, sendo o Ceará que tem a sua maior parte territorial com esse aspecto.

Ainda de acordo com a ASA, as características climáticas do Semiárido surgiram de 8 a 10.000 anos atrás, cujo acompanhamento das chuvas e de suas ausências é observado na região desde a época do Império (1822-1889). Para a

⁸ Perda de água de uma comunidade ou ecossistema para a atmosfera, causada pela evaporação a partir do solo e pela transpiração das plantas.

⁹ Organização que reúne mais de 3000 movimentos sociais, sindicatos, ONGs, associações, coletivos locais e regionais que surge em 1999, com o intuito de fortalecer a reivindicação por soluções definitivas às dificuldades de abastecimento e acesso à água no semiárido brasileiro.

ASA, o Semiárido brasileiro é um do mais chuvoso do planeta, tendo como índices anuais de 200 mm, podendo chegar até 800 mm por ano, enquanto outras regiões semiáridas do planeta chovem de 80 a 200 mm anuais.

As contradições e injustiças sociais vividas pela população que habita esse espaço geográfico podem ser observadas, inclusive no acesso a renda, onde, segundo dados do IBGE obtidos pelo senso demográfico (2000), mais de oito milhões de pessoas não possuem renda monetária ou têm como única fonte de renda os benefícios sociais vindos do governo federal.

Como é normal de todos os climas semiáridos, o volume de chuva é menor que o índice de evaporação, por isso ocorre à falta de água e a “seca” é tida como um problema social. Porém, tecnologias sociais¹⁰ vêm sendo desenvolvidas, como o armazenamento de água em cisterna de placas e cimento, técnicas de criação de pequenos animais e organizações de agricultores familiares que se agrupam e partilham de conhecimentos vividos e experiências de homens e mulheres do campo passadas de geração para geração.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARADIGMA DO COMBATE À “SECA”

No que se diz respeito à política pública para o Semiárido, essa questão só começou a ser debatida no Brasil após a grande “seca” de 1887/1879, quando na região morreram mais de 500 mil pessoas, das quais mais de 200 mil eram do estado do Ceará. Essa situação se tornou propícia para os políticos do Império brasileiro levarem a reclamarem soluções de combate à “seca”, dentre as quais a implantação de sistema de irrigação e construção de açudes e barragens (GUERRA, 1981).

A partir de então começou a pensar algumas práticas cujo objetivo se dizia ser o de amenizar os efeitos da “seca” do Semiárido. Assim, em outubro de 1909, surgiu o IOCS¹¹, inspirada no Burel of Reclamation surgido nos Estados Unidos. Travassos (2013) fala que o IOCS nasceu na chamada era de ouro, onde no Brasil a taxa de crescimento econômico era significativo e grandes obras de infraestrutura estavam

¹⁰ A Rede de Tecnologias Sociais (RTS) define que “Tecnologias Sociais são produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis e inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social às diversas realidades aonde elas se aplicam”. Cf. <http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>

¹¹ Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS).

sendo realizadas, a exemplo de ferrovias e portos. Contudo, o orçamento previsto para esse órgão era muito pequeno, onde, até o ano de 1914, só foram escavados no Nordeste 42 poços, sendo 33 deles em propriedades privadas e apenas nove em propriedades públicas. O que evidencia que muito pouco era feito para amenizar os efeitos da “seca” e quando era feito a maioria dos benefícios era alocada em propriedades privadas, esquecendo a população pobre do campo.

Já em 1919, quando era presidente do Brasil o paraibano Epiácio Pessoa¹², a IOCS passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)¹³ e abriu um avultado crédito para obras contra as “secas”, que foi chamado de “Caixa das Secas”, retomando o projeto de modernizar os sertões, e várias obras foram encetadas. Naquele mesmo ano, houve um investimento de 2.326 contos de reis, quatro anos depois os recursos saltaram para o valor 145.947 contos de reis (VILLA, 2000).

Naquele período houve um grande processo de importação de máquinas e outros materiais como cimento para a construção de açudes e barragens no interior do Nordeste (VILLA, 2000). De acordo com esse autor, a política de construção de barragens era a prioridade do governo, o que não entusiasmou as oligarquias da região, pois os seus chefes temiam uma modernização do Nordeste que tirasse a população pobre do campo e da cidade do estágio de miséria em que vivia, perdendo, assim, o controle do capital político da região.

Apesar de Epiácio Pessoa ter canalizado vários recursos para amenizar as questões hídricas do Nordeste que foram controladas pelas oligarquias locais, seu sucessor na presidência, Artur Bernardes, abandonou tais investimentos. Sua justificativa para isso foi que as obras teriam alcançado o êxito necessário e que, portanto, não necessitaria de mais obras desse porte na região.

As obras de combate à “seca” foram retomadas na Era Vargas (1930-1945). Travassos (2013) coloca que Getúlio reiniciou essa política pública acrescentando a mesma uma novidade: a integração com rodovias cortando a região Nordeste.

¹² Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa (Umbuzeiro, 23 de maio de 1865 — Petrópolis, 13 de fevereiro de 1942) foi um político, magistrado, diplomata, professor universitário e jurista brasileiro, presidente da república entre 1919 e 1922. O período de governo foi marcado por revoltas militares que acabariam na Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao governo central. Exerceu o poder oligárquico na Paraíba entre 1915 e 1930.

¹³ Ganhou novo regulamento através do Decreto nº 13.687, de 9 de julho de 1919.

Em 1945 a IFOCS mudou de nome mais uma vez para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)¹⁴, porém pouco continuou a ser feito por esse órgão no sentido de atender as demandas dos povos pobres do campo que viviam a sofrer os períodos de longas estiagens. As suas políticas públicas eram muito minguadas e quando existiam eram localizadas nas propriedades dos grandes fazendeiros. De acordo com Travassos,

Nesse contexto, temos a compreensão que a promiscuidade política produzira muitas obras com recursos públicos em propriedades particulares, o sistema social se estruturara de forma que a população sertaneja era mantida sob as amarras dos poderosos locais e a questão fundiária, uma das raízes do drama das secas, permanecia como um tabu, fato esse que perdura aos dias atuais. (2013, p. 155).

Nessa conjuntura, os órgãos que geriam os recursos no Nordeste sempre se curvavam aos interesses políticos locais que brigavam nos parlamentos por verbas públicas usando do discurso da “seca”, o que fazia com que as máquinas e equipamentos do DNOCS fossem usados pelos latifundiários como se fossem deles na construção de açudes, configurando-se na prática de patrimonialismo¹⁵. Segundo o autor acima citado, era muito comum serem cultivadas frutas e verduras em torno desses açudes construídos, cuja mão de obra empregada era a dos camponeses que viviam em condição de miséria e abandono e que era utilizado para dar lucro ao fazendeiro. Em resumo, a “seca” era um grande mercado para as oligarquias agrárias da região.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi criado o Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que surgiu com o objetivo de discutir, debater e apresentar um diagnóstico do Nordeste e apresentar saídas para resolver a problemática da “seca”. Em 1959, após pressão da sociedade civil, a GTDN apresentou sua análise e concluiu por dizer que a saída para a questão em pauta seria a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

¹⁴ O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional e com a sede da administração central em Fortaleza.

¹⁵ Faoro (1950), utilizando dos tipos ideais do pensamento de Max Weber, conceitua patrimonialismo dizendo que o termo é utilizado para descrever a falta de distinção por parte dos líderes políticos entre o patrimônio público e o privado em um determinado governo de determinada sociedade. Nesse sentido, como resultado desta confusão entre a esfera pública e privada, o estado patrimonial tende a ver os bens econômicos de uma nação como uma extensão da propriedade do estado, nele intervindo e controlando para seus propósitos. Intervenção e controle que termina por criar obstáculos à ascensão de uma sociedade civil independente, bem como de um setor privado e empreendedor autônomo, gerador de produção e riquezas. Cf. Faoro, 2012.

(SUDENE). De acordo com Travassos (2013), a criação desse órgão mais uma vez não agradou a oligarquia conservadora da região que lucrava com a “seca”.

Contudo, após o golpe militar de 1964, o governo resolveu limitar os recursos e os trabalhos que vinham sendo desenvolvido na SUDENE, sobretudo após a “seca” de 1969/1970. No ano de 2001, esse órgão foi fechado, sendo reativado só 2007, com uma promessa de desenvolvimento para o Nordeste que até os dias atuais se é esperado (TRAVASSOS, 2013).

A seguir apresentamos um quadro com a apresentação das políticas públicas de combate à “seca” que foram efetivadas pelo Estado brasileiro ao longo do século XX e início do XXI.

Quadro I - Cronologia das Políticas Públicas de combate a “seca”

| ANO | EVENTO / INSTITUIÇÃO | GOVERNO |
|------------|--|---|
| 1909 | Criação do IOCS, construção 16 açudes. | Nilo Peçanha |
| 1918/1922 | Criado o IFOCS | Epitácio Pessoa |
| 1915/1919 | Conclusão das represas começadas século XIX. | Venceslau Brás, Delfim Moreira da Costa Ribeiro e Epitácio Pessoa |
| 1920 | Criada a Caixa de Socorro as Secas | Epitácio Pessoa |
| 1922 | 60% da Paraíba é oficializada como área de seca | Epitácio Pessoa |
| 1932/1935 | Campos de concentração / frentes de trabalho | Getúlio Vargas |
| 1936 | Delimitado o Polígono das Secas. | Getúlio Vargas |
| 1945 | Criado o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). | Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra |
| 1946 | Delimitado o Polígono das Secas e criado o Banco do Nordeste. | Eurico Gaspar Dutra |
| 1951 | Redelimitação do Polígono das Secas. | Getúlio Vargas |
| 1959 | Criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). | Juscelino Kubitschek |
| 1969 | DNOCS perfura 8.299 poços. | Governo Militar |
| 1990 | Fecha o DNOCS. | Fernando Collor de Melo |
| 2001 | Fechamento da SUDENE e Criação da ADENE. | Fernando Henrique Cardoso |
| 2007 | Reabertura da SUDENE. | Luís Inácio Lula da Silva |

FONTE: Elaborado por Ibrahim Soares, a partir de Villa (2000).

Do final do século XIX aos dias atuais ocorreram inúmeras “secas”, cujos resultados são vistos como grandes catástrofes para as camadas mais pobres, sobretudo àquelas que habitaram e habitam o campo. Nos dias atuais ainda é possível presenciar carros pipas e entrega de feiras nas pequenas cidades do Nordeste, o que se caracteriza apenas como medida provisória que nunca pretende caminhar no sentido de atender uma demanda no sentido de promover uma experiência de convivência com o Semiárido¹⁶. Identificamos que, ao invés dos

¹⁶ Em 1999, a ASA lançou a Declaração do Semiárido, afirmando que a convivência com as condições do semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. O documento apresenta

problemas serem resolvidos, ocorre uma estagnação no que se diz respeito à política pública para o Semiárido. Basta observar que entre 2012 e 2017, o Nordeste brasileiro sofreu com um das maiores “secas” de sua história e o que verificou foi a continuação de muitas políticas públicas aplicadas nos grandes latifúndios privados mantendo, assim, a mesma lógica do final do século XIX.

2.3 A GRANDE “SECA” DE 1979/1983

O período de “seca” que iremos destacar é o de 1979 a 1983, onde o quadro de pobreza no Nordeste brasileiro aumentou consideravelmente por vários motivos que iremos destacar mais a frente. Essa “seca” é considerada por alguns estudiosos como a maior do século XX, pois se estendeu por cinco anos sem apresentar intervalos de períodos com a quantidade mínima de chuva que fosse suficiente para o plantio ou mesmo acumulá-la.

O blog *Diário do Nordeste* ressalta em matérias que a “seca” de 79/84 atingiu toda a região, deixando um rastro de miséria e fome em todos os estados do Nordeste, onde, em um raio de 1,5 km², não se colheu nenhum tipo de lavoura de subsistência. Uma das suas matérias diz que as feiras livres foram saqueadas, quando os gêneros alimentícios foram arrancados dos armazéns e dos barraqueiros. Segundo dados da SUDENE, entre esses anos morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria delas eram crianças, por fome e doenças causadas por ela. A UNESCO apontou em pesquisa que 62% das crianças de zero a cinco anos, principalmente do campo, viviam um caso de desnutrição aguda¹⁷.

Como solução para a catástrofe camponesa desses anos, o governo federal resolveu assistir ao proprietário rural, mediante o alistamento e pagamento, a fundo perdido, de até cinco pessoas, que trabalhariam na sua propriedade, cuja área não ultrapassasse 100 hectares. Já aqueles proprietários de terra que detinham área superior a 100 hectares obteriam financiamento bancário, juros mínimos e prazos

um conjunto de propostas baseadas em duas premissas: a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido; e a quebra do monopólio de acesso à terra, à água e aos outros meios de produção. Cf. Silva, 2003.

¹⁷ O termo desnutrição (ou subnutrição) refere-se a um estado patológico causado pela falta de ingestão ou absorção de nutrientes. Dependendo da gravidade do quadro clínico, esta doença pode ser dividida em primeiro, segundo e terceiro grau. Por vezes, este transtorno pode ser leve e traduzir-se, sem qualquer registo de sintomas, numa dieta inadequada ou desequilibrada. No entanto, existem casos mais graves, cujas consequências podem chegar a ser irreversíveis (ainda que a pessoa continue com vida), ocasionados por distúrbios digestivos e problemas de absorção.

favoráveis (ABREU, 2004). De acordo com esse autor, esse programa de saída emergencial só beneficiava os agricultores que tivessem cadastro no INCRA, ou seja, os grandes produtores, excluindo os pequenos agricultores familiares que não tinham o direito a essa política pública por não possuir esse cadastro.

Importante lembrar que durante o período em estudo o Brasil vivia a sob uma ditadura militar (1964-1985), onde os governos empreenderam a Revolução Verde¹⁸ e não se importavam com o suplício da população camponesa pobre do Nordeste, para quem pouca ajuda foi enviada, cujas políticas públicas tinham por fim beneficiar os latifúndios dos coronéis, principalmente os que fossem da situação política do governo de plantão.

Para Cardoso (2008), esse foi um tempo em que o êxodo rural do Nordeste se caracterizou como um dos maiores movimentos migratórios sazonais do Brasil. Segundo ele, as pessoas que tinham parentes necessitados de socorros, viviam momentos de indignidade humana, pois além da fome que passavam, múltiplas humilhações eram promovidas, principalmente pelo poder repressor do Estado.

Processos e prisões foram à forma como a ditadura militar buscou resolver o impasse que a população vivia, pois qualquer forma de reivindicação dessas massas era motivo de retaliações, principalmente sobre o povo do Semiárido. Poucos se mobilizaram em favor dos flagelados da terra do sol, apenas esmolas insuficientes chegaram para aliviar a dor da grande “seca” de 1979-83.

Os programas assistenciais adotados pela SUDENE vieram com uma nova roupagem, conforme observa Abreu (2004):

No decorrer da seca de 1979-83 surgiram as frentes de emergência, cuja vantagem em relação à frente de trabalho era justamente a proximidade das residências dos trabalhadores e o fortalecimento das comunidades foram criadas as “bolsas de trabalho”, destinadas aos proprietários de terras, para o pagamento de número de trabalhadores proporcional à extensão da propriedade as justificativas para a criação de novo programa foram: a) reter a população no local de trabalho; b) evitar aglomerações que possam gerar endemias ou tensões sociais; c) proporcionar condições de motivação para reingresso do homem e sua família às tarefas agrícolas no inverno seguinte; d) construção de pequenos e Médios açudes no interior das propriedades; e) implantação de pastagens artificiais a Jusante e a montante dos açudes.

¹⁸ A da Revolução Verde ocorreu durante o regime militar e foi um dos pilares do chamado "milagre econômico", modificando completamente o perfil da agricultura brasileira. A partir da produção em larga escala, o país passou à condição de exportador de alimentos. Entre os produtos de elevado desempenho estão a soja e o milho. Entre as principais consequências estão: esgotamento do solo, erosão, alteração do ecossistema para a implantação da lavoura, desmatamento e priorização à estrutura latifundiária, prejudicando a produção familiar e fomentando o êxodo rural.

Conforme veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, essa proposta do governo para a ampliação desses projetos não eram de uma atenção ampla ao campo do Semiárido, pois atendia apenas a minoria que detinha a maioria das terras concentrada nas mãos das oligarquias agrárias, de forma que o dinheiro lhes era entregue para que as mesmas pudessem fazer a gerencia da forma que achasse melhor. Assim, mais uma vez, a população mais pobre do campo era esquecida e os fazendeiros eram quem lucravam.

2.4 O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI E SUAS OLIGARQUIAS

O Cariri paraibano pertence à mesorregião Borborema e é composto por duas microrregiões: a do Cariri Oriental, que possui uma área total de 4.242,135 km² e está dividida em doze municípios¹⁹ com uma população estimada em 66.344 habitantes; e a do Cariri Ocidental, que possui uma área total de 6.983,601 km² e está dividida em dezessete municípios²⁰ com uma população estimada em 127.274 habitantes (IBGE, 2016).

Mapa 01 – Estado da Paraíba com as Macrorregiões do Cariri destacadas.



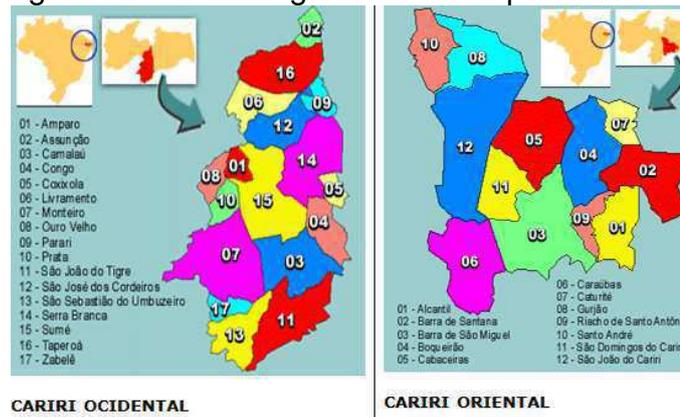
FONTE: Rodriguez (1999).

Abaixo segue uma figura cartográfica das duas microrregiões do Cariri paraibano com seus respectivos municípios.

¹⁹ São eles: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri.

²⁰ São eles: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

Imagem 01 – Microrregiões do Cariri paraibano



FONTE: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=6824&lq=pt>

É importante destacar que essa é a definição/configuração atual dos espaços municipais do Cariri paraibano e que no recorte temporal de nossa pesquisa (1978-1983) a Paraíba e, especificamente, o seu Cariri e o município de São João do Cariri tinham outras demarcações.

Como foi o primeiro município desse espaço geográfico, com o passar dos anos e os desmembramentos de vários distritos que se tornaram emancipados politicamente, São João do Cariri passou a ser conhecido como o município tronco do Cariri. Para compreendermos essa formação territorial é importante destacar que a colonização portuguesa dessa microrregião data da segunda metade do século XVIII, cujo primeiro sítio dessa presença foi o de Boqueirão. A seguir apresentamos uma imagem com a localização desse sítio.

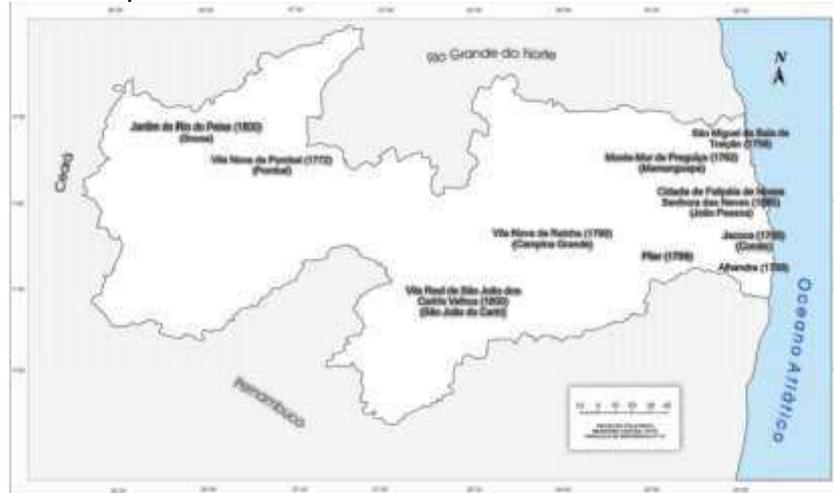
Imagem 02 – Missão dos cariris de fora no séc. XVII ou Aldeia de Carnoió, atual município de Boqueirão



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba (1965).

Contudo, o primeiro núcleo urbano desse território foi o da Vila Real de São João do Cariri. Em 1800, ali já era a sede do poder político, militar, jurídico e eclesiástico que se lançava sobre todos que viviam naquela região. Vejamos o mapa 02:

Mapa 02 – Cariri paraibano: Vila Real de São João dos Cariris Velhos (1800)



FONTE: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2005), a partir de Jucá (1982).
Cartografia: Josué Alencar Bezerra.

Após a chamada independência do Brasil de Portugal, a Vila Real de São João dos Cariris Velhos e a Vila Federal de Cabaceiras passaram à condição de municípios, sendo, portanto, consideradas por alguns autores como os “municípios-troncos”, uma vez que constituem a base de estruturação territorial da região, conforme vemos no mapa 03.

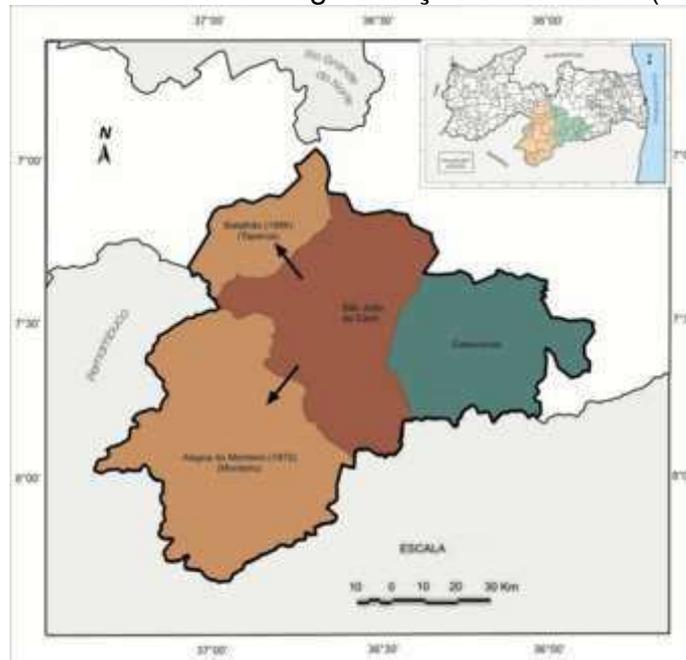
Mapa 03 – Cariri Paraibano: municípios “troncos” (1831 E 1835)



FONTE: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2005), a partir de Jucá (1982).
Cartografia: Josué Alencar Bezerra.

Silva (2006) observa que, nesse período, a região do Cariri contava apenas com dois municípios. Entretanto, devido à concentração populacional em torno de povoados e à importância das atividades agrárias, principalmente a pecuária, que conferiam prestígio e poder político a determinados grupos familiares, ocorreu o primeiro processo de fragmentação do território (Mapa 04).

Mapa 04 – Cariri Paraibano: fragmentação do território (1872 e 1886)



FONTE: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2005), a partir de Jucá (1982).
Cartografia: Josué Alencar Bezerra.

Moreira (2012) também destaca que durante décadas o município de São João do Cariri foi alvo de várias disputas políticas encabeçadas por dois tradicionais grupos familiares (Brito e Gaudêncio) que se revezaram no poder em meio a ferrenhas batalhas²¹. Os chefes políticos dessas duas famílias sempre tiveram uma ligação direta com os presidentes/governadores/interventores da Paraíba. A título de exemplo, podemos citar o caso de Epitácio Pessoa, chefe oligárquico da Paraíba entre 1915 e 1930, que, para tanto, buscava nos municípios paraibanos líderes políticos que lhe apoiassem no sentido de aumentar seus votos e em retribuição lhes garantiam favores, empregos e verbas estaduais e federais. No caso de São João

²¹ A família Brito era proprietária da fazenda Uruçu e a família Gaudêncio da Fazenda Cachoeira, territórios que representavam as suas riquezas e de onde advinham seus domínios eleitorais. Atualmente a maior parte da fazenda Uruçu pertence a José Ribeiro de Brito (700,00 hectares) e a Fazenda Cachoeira pertence a Terezinha de Jesus Nóbrega Gaudêncio (1.032,50 hectares) e a seu filho Álvaro Gaudêncio Neto (1.032,50 hectares). Cf. INCRA, 2017.

do Cariri, desde 1915, Epitácio Pessoa manteve relação recíproca de apoio com a família Gaudêncio, a época encabeçada pelo líder José Gaudêncio de Queiroz.²²

Moreira (2012) diz que quando os Gaudêncio romperam com João Pessoa, no contexto das eleições presidenciais de 01 de março de 1930 e da “Revolução” de 1930, a família Brito assumiu o controle político da região que tinha como chefe Inácio Brito, este que tinha parentesco direto com José Américo de Almeida, homem de confiança do então presidente João Pessoa. Notamos que era um sistema político de ajuda mútua que se espalhava por toda a Paraíba, onde os chamados coronéis eram quem decidiam o destino das eleições, quem tivesse o controle político maior levava a eleição.

Com a “redemocratização” de 1945 e a consequente organização dos partidos políticos com vistas as eleições, a família Brito buscou a legenda do Partido Social Democrata (PSD) e a Gaudêncio se agrupou em torno da União democrática Nacional (UDN). Essa disputa política que se verificava na sede do município se replicava nos distritos que faziam parte do seu território por meio de famílias que ali residiam. Vejamos no quadro que segue:

Quadro 02 - Distritos de São João do Cariri e representações políticas

| N | DISTRITOS | BRITO | GAUDÊNCIO |
|----------|------------------------------|---|---|
| 01 | Santana do Congo | Amaro de Oliveira Travassos | Antônio Bezerra de Souza |
| 02 | Coxixola | Severino Carneiro de Farias | Manuel José das Neves |
| 03 | Caraúbas | Severino de Farias Castro Pedro de Farias Castro | Francisco Jordão Neto José Jorge da Silva |
| 04 | Sucuru | Antônio Reges | Belizário Duarte Barros |
| 05 | São José dos Cordeiros | José Leite Nestor de Andrade Lima Líbio de Farias Castro Domingos Chagas Brito | Oscar de Queiroz Torreão Durval de Queiroz Torreão |
| 06 | São José das Pombas (Parari) | Faustino Teatino Cavalcante José Mariano | Severino Alves Caluete Joaquim Alves Caluete Inácio Alves Caluete |
| 07 | Santo André | Fenelon Medeiros Francisco Bonifácio Medeiros Aprígio Ribeiro | Francisco Araújo de Souza |
| 08 | Timbaúba do Gurjão | José Coutinho Sebastião Borges Coutinho | Luiz Medeiros Maracajá Luiz Gonzaga Maracajá Nivaldo Queiroz Maracajá |

²² José Gaudêncio Correia de Queiroz (São João do Cariri, 13 de setembro de 1881 — 1 de agosto de 1953) foi um advogado, magistrado e político brasileiro. Pertenceu, desde o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), ao Partido Republicano Conservador (PRC) e foi senador pelo Estado da Paraíba em 1930. Exerceu o mandato de deputado federal constituinte pela Paraíba em 1946. Cf. José Gaudêncio Correia de Queiroz. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Consultado em 20/03/2018.

| | | | |
|----|-----------------------|---|--|
| 09 | Serra Branca | Cazuza Brito Honorato José Brandão Bento Antonino | José Gaudêncio Sobrinho Joaquim Gaudêncio de Queiroz |
| 10 | Santa Luzia do Cariri | | |
| 11 | Malhada da Roça | Severino Medeiros João Medeiros | |

FONTE: BRITO, 1989; MOREIRA, 2012.

De acordo com Moreira (2012, p. 99), cada distrito da grande Comarca de São João do Cariri tinha um parente ou correligionário das famílias Brito e Gaudêncio.

Coxixola, Santa Luzia, Sucuru, Caraúbas e Congo, distritos do sul, eram “currais” dos Gaudêncio, enquanto os distritos do norte, Parari, Santo André e Gurjão eram domínios dos Brito, ou, pelo menos, era a intenção de domínio das famílias. São José dos Cordeiros, devido à proximidade com São João do Cariri e Serra Branca, era um distrito em disputa, liderado pelos Torreões e pelos Chagas Brito. Mesmo com a mudança da sede para Serra Branca, os Gaudêncio não tiveram o domínio direto, já que eles dependiam da influência de chefes políticos pequenos que possuíam entre 100 e 200 eleitores, caso que foi comprovado nas eleições de 1951. (IDEM, p. 132-133).

Assim, as duas famílias (Brito e Gaudêncio) recebiam apoio político dos chefes políticos menores que residiam e tinham influência nos distritos de São João do Cariri. Como parte da estratégia política de ambas as oligarquias, os seus representantes nos distritos sempre se candidatavam nas eleições para as oito vagas na Câmara Municipal de São João do Cariri, garantindo, também, os votos distritais para os respectivos candidatos a prefeito indicados pelas duas famílias que controlavam a política naquela microrregião. Por seu turno, a mesma situação de rivalidade entre essas duas famílias na sede de São João do Cariri se replicava nos vários distritos que compunham aquele grande município.

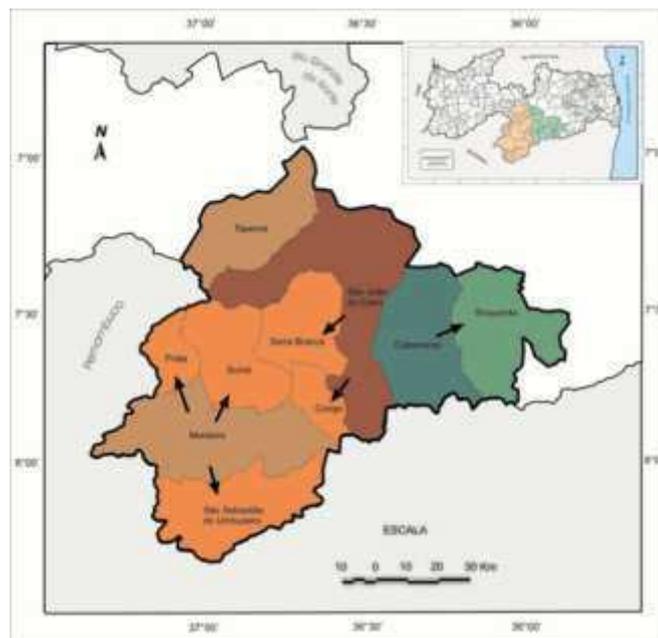
Silva (2006, p. 132-133) destaca que a Constituição de 1946 criou mecanismos favoráveis à prática municipalista, uma vez que emancipava o município da tutela do governo federal. Diz ele que

Esse processo delineou um novo papel para os municípios no cenário político nacional, na medida em que passaram a ter autonomia política e se constituíram em entes políticos importantes, sendo garantido também o direito aos municípios de escolherem seus governantes por meio de eleições livres e diretas.

Foi nesse contexto que novos municípios foram criados e a macrorregião do Cariri paraibano passou por dois novos momentos de fragmentação territorial levadas a frente pelos grupos políticos dominantes que mantinham a propriedade da

terra como base de sustentação política. O primeiro momento transcorreu ao longo da década de 1950, quando foram criados seis novos municípios na região, sendo o município de Monteiro aquele que mais perdeu território em função da criação dos municípios de Sumé, São Sebastião do Umbuzeiro e Prata, como pode ser visto no mapa seguinte.

Mapa 05 – Cariri Paraibano: fragmentação do território (1951 e 1959)

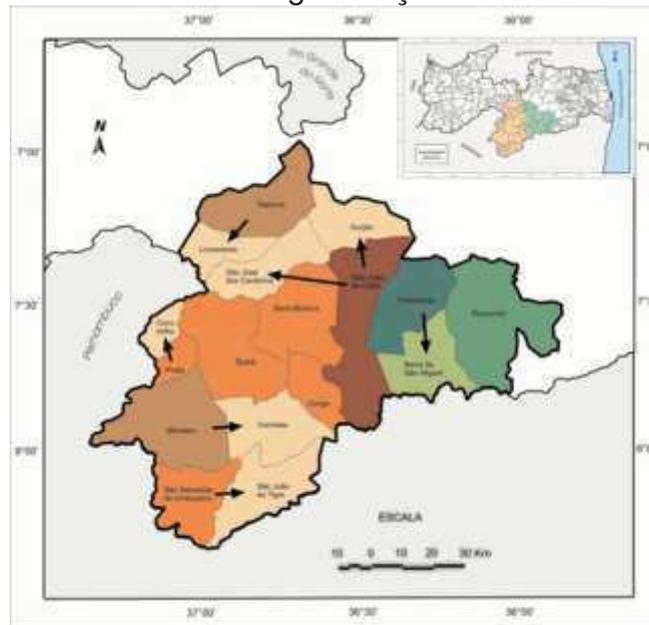


FONTE: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2005), a partir de Jucá (1982).
Cartografia: Josué Alencar Bezerra.

Já o segundo momento se deu no início da década de 1960, quando o número de municípios criados superou o da década anterior. Nesse processo, as oligarquias Brito e Gaudêncio e seus representantes locais (Livramento, São José dos Cordeiros, Gurjão, Barra de São Miguel, Camalaú, São João do tigre e Ouro Velho) projetaram discursos políticos que procuravam se territorializar no urbano em função do projeto de desenvolvimento indústria conduzido pelo Estado brasileiro, no qual era imprescindível a existência de centros urbanos.²³ Essa nova configuração pode ser vista no mapa abaixo.

²³ Importante destacar que nesse contexto se desenrolaram significativas tramas de poder entre essas duas oligarquias que não serão tratadas por nós nesse texto em razão de não serem o objeto principal da pesquisa.

Mapa 06 – Cariri Paraibano: fragmentação do território – 1961 e 1962



FONTE: Organizado por Anieres Barbosa da Silva (2005), a partir de Jucá (1982).
Cartografia: Josué Alencar Bezerra.

Constatamos, portanto, que em apenas doze anos foram criados treze novos municípios naquela macrorregião, sendo que a maior parte das emancipações municipais ocorreu a partir dos municípios de São João do Cariri e de Monteiro, logo, os que mais perderam território. Cabe destacar que todo esse movimento emancipatório transcorreu em meio a disputas políticas envolvendo as oligarquias Brito e Gaudêncio.

A cartografia apresentada no último mapa condiz com a configuração territorial do Cariri e do município de São João do Cariri quando do recorte temporal de nossa pesquisa (1979-1983). E sobre esse período, cabe destacar qual oligarquia se encontrava no poder enquanto representando o Estado e recepcionando as políticas públicas que ali chegavam. Quando das eleições municipais de 1976, foi eleito para o executivo de São João do Cariri José Jorge da Silva (ARENA 1) com 1.705 votos, que representava a família Gaudêncio. Já nas eleições municipais de 1982, José Gomes Ferreira (PDS 1), um dissidente dessa família, se aliou aos Brito e foi eleito com 1.850. Esses foram, portanto, dois agentes políticos mais atuantes quando da ocasião da mais intensa “seca” do século XX.

3 A “SECA” DE 1979-1983 E SEUS DESDOBRAMENTOS NA PARAÍBA

No nosso segundo capítulo analisamos de uma forma mais ampla a “seca” e seus desdobramentos na Paraíba, entre os anos de 1979 a 1983, para, em seguida, nos debruçarmos sobre esse fenômeno na microrregião do Cariri desse Estado, mais especificamente, no município de São João do Cariri, recorte espacial de nossa pesquisa.

3.1 “SECAS”, OLIGARQUIAS E *FRENTES DE EMERGÊNCIA* NA PARAÍBA

De acordo com os estudos realizados, as estiagens ocorridas entre os anos de 1979 e 1983 (quase cinco anos), são consideradas como a mais prolongada e abrangente seca da história do Nordeste no século XX. Silva (2017, p. 35) é um dos autores que observa que a década de 1970 terminou da mesma forma que começou, ou seja, com a ocorrência de mais uma grande estiagem entre os anos de 1979 a 1983, cujas proporções a colocaram como a mais devastadora do século XX²⁴.

Segundo dados da SUDENE, essa “seca” atingiu toda a região, estimando-se que não se colheu nenhuma lavoura em uma área de quase 1,5 milhões de km², deixando um rastro de miséria e fome em todos os Estados do Nordeste. Analisando os efeitos dessa “seca”, Khan e Campos (1992) avaliaram que as perdas totais do período chegaram aos impressionantes números de 1,6 milhão de toneladas de algodão, 1 milhão de tonelada de mandioca, 3 milhões de toneladas de milho, 952 mil toneladas de feijão, além de danos em diversos outros produtos. Magalhães e Glantz (1992) Apud Sabino (2002) também concordam que essa “seca” foi a mais longa daquele século na região e apresentam evidências de seus impactos e perdas consideráveis na produção agrícola, dizendo que, entre 1978 (ano normal) e 1980, os prejuízos do cultivo chegaram a 72% no feijão, 82% no milho, 52% no arroz e 70% no algodão.

²⁴ Vale ressaltar que, na pesquisa, apesar de referir o tempo todo à “seca” ocorrida entre 1979 e 1983, não se deve entender por isso um caráter de uniformidade. Houve variações no regime de chuvas que ora amenizaram e ora extremaram os efeitos da “seca”.

Conforme Silva (2017, p. 48), na metade do ano de 1979, nas microrregiões da Paraíba do Cariri, Seridó, Curimataú e Sertão, 70% das lavouras já tinham se perdido por falta de água, perdas essas sentidas rapidamente pela população camponesa pobre, pois sua sobrevivência era tirada da cultura de subsistência. Caso o camponês não obtivesse êxito na plantação, o mesmo não tinha reserva ou outro tipo de emprego que lhe garantisse passar por esse momento tão difícil.

Os cálculos do número de pessoas atingidas por essa grande “seca” no Nordeste mostram a amplitude da calamidade por ela provocada: 16 milhões entre 1979-1984 (PROJETO ÁRIDAS, 1998)²⁵. Pesquisa da UNESCO apontou que morreram na região 3,5 milhões de pessoas, a maioria crianças, por fome e enfermidades derivadas da desnutrição. Diz também esse estudo que, naqueles anos, 62% das crianças nordestinas, de zero a cinco anos, na zona rural, viviam em estado de desnutrição aguda. De acordo com Moura (1988, p. 25), o ano de 1983 marcou o fim desse longo período de estiagem, cujo cenário era de terra arrasada. Segundo essa pesquisa,

A expectativa de vida no Nordeste era de 52,6 anos. Havia 22.227.520 flagelados e destes, apenas 2.775 milhões trabalham nas Frentes de Emergência recebendo um terço do salário mínimo. A maioria das crianças com até 6 meses se alimentavam só com água e açúcar. Na zona canavieira a desnutrição infantil chegava a 69,8%. Males como esquistossomose, doença de Chagas, tuberculose e desnutrição atingiam milhões. Muitos, crianças e idosos, morriam por inanição. Números oficiais contabilizavam 35 milhões de crianças desnutridas e um número ainda maior em níveis de miséria absoluta. **As periferias urbanas, destino dos flagelados das secas**, inchavam dia após dia aumentando o exército de desempregados, e, por sua vez, a marginalização, o subemprego, a desnutrição, as populações de rua, a favelização, a prostituição, a violência e a morte. (Grifos nossos).

Durante os períodos de estiagens no Nordeste, o êxodo rural era uma forma de resistência frequente entre os camponeses que, diante da situação crítica, buscavam as capitais de seus estados ou cidades da região Sul do país, onde se somavam a um número de pessoas pobres das periferias que viviam em péssimas condições de moradias, causando diversos problemas àquelas cidades. Logo, o êxodo rural do Nordeste passou a representar um problema, tanto para as oligarquias agrárias do Nordeste que viam ir embora a sua mão-de-obra, como para

²⁵ De acordo com o Censo Demográfico de 1980, a população do Nordeste daquele ano era de 35.419.156, sendo que destas 17.959.640 moravam na cidade e 17.459.516 no campo. Cf. IBGE, 1980.

as elites urbanas das cidades aonde esse contingente chegara acentuando os seus problemas.

Para tentar lidar com essa situação, o governo federal resolveu criar um *Programa de Emergência* que consistia na liberação de recursos para pagar um salário aos camponeses em estado de flagelo em troca de seu trabalho.

Segundo Silva (2017, p. 35), ao longo da década de 1970, as políticas públicas que vinham sendo aplicadas pelo Estado por meio do DNOCS e da SUDENE se mostraram insuficientes e se abateu sobre a região Nordeste os antigos problemas que só se agravavam com aquela “seca” iniciada em 1979. Mesmo as políticas públicas efetivadas naquela década, por meio do POLONORDESTE²⁶ e do Projeto Sertanejo²⁷, que visaram a criação de uma infraestrutura que possibilitasse melhores condições em período de “secas” futuras, haviam se mostrado ineficazes, uma vez que elas não se apresentaram como suficientes para contornar os problemas de produtividade e de desemprego que agravavam o social e o econômico durante aqueles períodos de estiagens.

Sendo assim, para Silva (2017, p. 36), quando das estiagens de 1979-83, o Estado brasileiro resolveu retomar as políticas públicas de caráter mais imediato para que a população pudesse sobreviver ao período de estiagem. Deste modo, o governo federal, por meio do Ministério do Interior e da SUDENE, implantou o *Programa de Emergência*, que substituiu às antigas *Frentes de Trabalho*, com algumas diferenças e outras ações semelhantes. Bursztin (2008, p. 48-49) destaca que, já no final da década de 1970, as *Frentes de Emergência das Secas* vão substituir as tradicionais *Frentes de Trabalho*. Diz ele que

Ao contrário de sua predecessora, as *Frentes de Emergência* não se caracterizavam mais por seu caráter de “solução keynesiana”, ou seja, a mobilização de grandes massas de trabalhadores para a implantação de obras públicas. A nova tática empregada é o recrutamento de trabalhadores

²⁶ Pelo Decreto Nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, o presidente da República criou o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. Cf. Decreto Nº 74.794, de 30 de outubro de 1974.

²⁷ Pelo Decreto nº 78.299, de 23 de Agosto de 1976, o presidente da República criou o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) com a finalidade de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias do semiárido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das “secas”, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados. Cf. Decreto Nº 78.299, de 23 de agosto de 1976.

para a implantação de melhoramento nas próprias propriedades, de maneira a torná-las “menos vulneráveis” à impetuosidade das secas.

As *Frentes de Trabalho*, realizadas antes de 1970, se mostraram ineficazes, pois não apresentaram mudanças significativas para a sociedade, apenas mobilizando os camponeses desempregados para a construção de obras públicas (estradas e açudes) que beneficiavam os latifundiários da região Norte e Nordeste, pagando aos trabalhadores um valor insignificante e fornecendo uma pequena quantidade de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essas *Frentes de Trabalho*, contudo, cumpriram eficazmente o seu principal objetivo, que foi o da manutenção do poder local nas mãos dos grandes latifundiários.

Já as *Frentes de Emergência das Secas*, criadas em 1979, atribuíam que os trabalhos passassem a ser realizados em propriedades privadas da região e não mais em obras públicas. Essa mudança dizia ter por objetivo manter os empregos prioritariamente no campo e, desse modo, sustentar as pessoas inscritas nas frentes juntas ao local de origem para permitir o fortalecimento dessas terras para melhor conviver com efeitos das futuras “secas”. Porém, esse objetivo representava mesmo era a aproximação entre os interesses do poder central com o poder local, uma vez que fazia com que os camponeses não migrassem e continuassem nos seus locais de origem, servindo como contingente de mão-de-obra e também eleitoral aos fazendeiros e políticos locais.²⁸

Essa nova configuração pelo Estado das *Frentes de Emergência* o fez levar em consideração uma classificação das propriedades rurais que seguia os seguintes parâmetros:

- 1) propriedade baixo de 20 ha, permitia alistar até cinco trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos das propriedades, assumindo o Governo Federal o custeio a fundo perdido da mão-de-obra empregada. (Em 1980/81 fora modificado: seriam atendidas propriedades abaixo de 50 ha, porém reduziu-se de 5 para 3 o número de trabalhadores custeados pelo governo).
- 2) propriedade de 21 a 100 ha, permitia alistar até 10 trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos da propriedade, assumindo o Governo federal 80% do custeio da mão-de-obra empregada, enquanto os 20% restantes eram contribuídos pelo proprietário da terra, inclusive com sua força de trabalho. (1980/81 também modificado: teria sido oferecido crédito de

²⁸ Carvalho (1985) utiliza uma nomenclatura diferenciada para denominação das frentes nos períodos de 1979 a 1983: frentes de trabalho de 79-81 (no interior das propriedades) e 82-novo programa “Bolsões da Seca”. Esta nomenclatura adotada por Carvalho é repetida no Relatório de Avaliação de Programas para o Áridas (1994b, p. 247), onde ele especifica em nota de rodapé: frentes de trabalho (de 1979-80) e frentes de serviço (até 1983).

emergência para custear a mão-de-obra necessária em propriedades entre 51 e 100 ha).

3) propriedades de 101 a 500 ha, o Governo Federal assumia 70% das despesas a fundo perdido com a mão-de-obra e os 30% restante por conta do proprietário, que poderia dispor de uma linha de crédito de emergência, com juros de 2% ao ano, carência de 6 anos e 20 anos para amortizar.

4) propriedade acima de 500 ha, com participação de 50% do Governo Federal a fundo perdido com a mão-de-obra e os 50% restante por conta do proprietário, que também dispunha da mesma linha de crédito de emergência. (CAMPOS, 2004, p. 47-48).

Pelo posto acima, notamos que os principais beneficiados pelas *Frentes de Emergência* eram sempre os donos das grandes propriedades.

Entre 1979-1984, dos 16 milhões pessoas atingidas por essa grande “seca” no Nordeste, foram alistados 2,7 milhões de trabalhadores nas *Frentes de Emergência* (PROJETO ÁRIDAS, 1998). Outra informação diz que, naquela “seca”, foram criados mais de 3 milhões de empregos temporários junto àquele programa (MAGALHÃES e GLANTZ, 1992 Apud Sabino, 2002). Apesar da diferença entre as duas fontes sobre número total de trabalhadores alistados, esses registros servem para vermos que a quantidade de flagelados atendidos foi muito pequena em relação ao total de pessoas atingidas²⁹.

Quando desse período de estiagens, a Paraíba se encontrava governada por Tarcísio de Miranda Burity (Aliança Renovadora Nacional - ARENA).³⁰ Por sua vez, esse político passou a tratar do “combate à seca” junto aos senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores que mantinham relações estreitas com os municípios paraibanos que se encontravam nas mesorregiões marcadas pela ausência de chuvas naqueles anos. Essas mesorregiões eram as que se encontravam inseridas no clima semiárido, ou seja, a Borborema (Cariri e Seridó), o Agreste (Curimataú) e o Sertão.

Cabe destacar que o governador da Paraíba e o seu partido (ARENA) eram quase que hegemônicos em termos de comando político nos 171 municípios do Estado, pois 127 prefeitos estavam sob a legenda da ARENA e apenas 44 no da oposição (MDB), conforme quadro em anexo. No Cariri paraibano, microrregião

²⁹ Inicialmente o governo federal teria liberado 100 milhões de cruzeiros, o que significava Cr\$ 33,33 para cada pessoa atingida. Cf. CAMPOS, 2004, p.56.

³⁰ Em maio de 1978, acontecem as eleições indiretas para o governo do Estado da Paraíba. À época, o deputado Antônio Mariz, que esperava ser indicado ao governo pela ARENA, foi preterido pelo partido. O nome cotado para o cargo foi o de Tarcísio de Miranda Burity, que foi indicado e eleito em 1º de setembro de 1978.

onde se situa nosso campo de pesquisa, dos seus 17 municípios, a ARENA governava em 14 e o MDB em 03, como posto no quadro a seguir.

Quadro 03 – Prefeitos Do Cariri Paraibano eleitos em 1976

| N | CIDADE | PREFEITO E VICE-PREFEITO | PARTIDO |
|----------|----------------------------|--------------------------------------|----------------|
| 01 | São João do Cariri | José Jorge da Silva | ARENA |
| 02 | Cabaceiras | Edson Cavalcante de Farias | ARENA |
| 03 | Monteiro | Agamenon Bezerra Lafayette | MDB |
| 04 | Taperoá | José Vilar | MDB |
| 05 | Sumé | Leonardo Guilherme D'oliveira Santos | ARENA |
| 06 | Prata | Sigismundo Gonçalves Souto Maior | ARENA |
| 07 | Boqueirão | Carlos Marques Dunga | ARENA |
| 08 | Congo | Braz Fernandes de Oliveira | ARENA |
| 09 | São Sebastião do Umbuzeiro | Doncílio Amador | ARENA |
| 10 | Serra Branca | Wamberto Torreão Filho | ARENA |
| 11 | Barra de São Miguel | Pedro Pinto da Costa | ARENA |
| 12 | Livramento | João Torres Vilar | MDB |
| 13 | Ouro Velho | Sebastião Cordeiro de Sousa | ARENA |
| 14 | São José dos Cordeiros | Genival Ayres de Queiroz | ARENA |
| 15 | Camalaú | José Chaves Firmo | ARENA |
| 16 | Gurjão | Manoel de Farias Gurjão | ARENA |
| 17 | São João do Tigre | Mario Oliveira Chaves | ARENA |

FONTE: Site do TRE-PB.

Muitos dos nomes que se apresentam no quadro acima eram os chefes políticos locais ou indicados por estes para estarem no comando do executivo dos municípios do Cariri paraibano. Foram, portanto, nomes os quais muito se envolveram nas tramas políticas que envolviam os camponeses e as *Frentes de Emergência*.

Na medida em que se passavam os primeiros meses de 1979 e as chuvas não aconteciam de forma satisfatória, a condição de vida dos trabalhadores do campo se tronou crítica³¹. Ao mesmo tempo, nas páginas do jornal *Diário da Borborema*³² começaram a aparecer denúncias daquela situação deplorável e de emergência em que se encontrava o Estado da Paraíba. Assim, aquele jornal passou a noticiar

³¹ No Semiárido do Brasil a estação de chuvas se concentra durante a quadra chuvosa (de janeiro a abril).

³² O jornal campinense *Diário da Borborema* foi fundado pelo magnata das comunicações Assis Chateaubriand em 2 de outubro de 1957. Sua primeira edição contou com seis cadernos e foi impressa em 15 minutos, imediatamente após o corte da fita inaugural promovido pelas autoridades locais da época, como o prefeito Elpídio de Almeida e do Bispo Dom Otávio Aguiar, em sua antiga sede localizada na Rua Venâncio Neiva. Encerrou suas atividades em 1º de fevereiro de 2012. As edições desse jornal utilizadas em nossa pesquisa foram coletadas por nós no estudo de Silva (2017).

matérias que davam conta daquela “seca” pela Paraíba, como a que trouxe o título “Municípios atingidos pela seca perdem 70% das suas lavouras” (Jornal *Diário da Borborema*, 3 jul. 1979), destacando os prejuízos que se registraram nos vários municípios das mesorregiões paraibanas mais sujeitas a ocorrência das “secas”.

De acordo com a matéria, desde o início do ano de 1979, a estiagem era sentida por muitos municípios interioranos e, na medida em que os meses passavam, aumentava o flagelo e o clima de tensão. Assim, alguns municípios decretaram calamidade pública e o então governador, Tarcísio Burity, estabeleceu estado de emergência nos mesmos que passaram a ser assistidos pelas *Frentes de Emergência das Secas*. Por seu turno, uma matéria do mesmo jornal nos deixa fortes pistas de como esse esquema funcionava beneficiando os latifundiários do Curimataú da Paraíba. Vejamos:

Diariamente vem aumentando a preocupação dos proprietários rurais da região do Curimataú com referência a falta de emprego dos trabalhadores do campo. Cerca de sessenta por cento dos proprietários deste município, encontravam-se inscritos no **Programa de Emergência do Governo Federal**, o que de qualquer maneira vinha garantindo uma colocação a muitos trabalhadores do campo ao mesmo tempo em que vinha sendo beneficiado grande número de fazendeiros da região. Muitos proprietários tiveram que encerrar suas inscrições no referido programa em virtude de não poderem atender as exigências do mesmo, porque, segundo fontes oficiais, o proprietário rural não pode determinar tratos culturais, como sejam: milho, feijão, mandioca, etc., o programa só atende aos serviços de desmatamento e limpa do algodão. O fato prejudicou sobremaneira todos os proprietários, notadamente aqueles que não dispõem de recursos financeiros alto, sendo beneficiados, apenas, aqueles que na realidade ostentam a denominação de latifundiários. (15 jul. 1979) (Grifos nossos).

A matéria, ao fazer uma aberta defesa dos médios proprietários rurais do Curimataú da Paraíba, diz que cerca de 60% dos trabalhadores do campo daquela microrregião se encontravam alistados no *Programa de Emergência*, mas que muitos desses tiveram suas inscrições encerradas em virtude de os médios proprietários rurais não se enquadrarem nos requisitos necessários a receberem o referido programa. No final daquele mês e ano, o mesmo jornal se prestou a anunciar o caráter emergencial de atendimento aos atingidos pelas estiagens na Paraíba, dando indícios, também, do número de propriedades onde os mesmos eram empregados. Vejamos:

Mais de 250 mil pessoas foram beneficiadas pelo programa a corrigir os efeitos da estiagem, na Paraíba, com o registro de uma mão-de-obra efetiva

de quase cinquenta mil pessoas em 5.618 propriedades da área atingida pela seca nos primeiros meses do Governo Burity (Jornal *Diário da Borborema*, 22 jul. 1979).

Vemos que a reportagem procurou registrar a efetividade do programa promovido pelo então governo na assistência às pessoas necessitadas de socorro (50 mil), efetivando-se trabalhos diversos para a preparação e melhoramento das terras para o período de chuvas, mais também uma quantidade considerável de propriedades que era atendida pelas *Frentes de Emergência* (5.618).

Os proprietários de terra do município de Taperoá, no Cariri paraibano, onde se plantava muito algodão, também apresentavam o seu nível de criticidade no jornal acima citado, sob o argumento de que haviam obtido empréstimos para a realização dos plantios e naquele momento se viam sem ter até para própria sobrevivência (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 28 jul. 1979).

Quando do início de 1980, as chuvas não apareceram de forma regular em muitos municípios paraibanos e o número deles em estado agravante chegou a 60, onde eram registradas a falta de chuvas e a alta temperatura quem impediam a realização de plantações pelos camponeses³³. Os reservatórios de água para consumo humano e animal estavam secando nesses lugares (o município de Catolé do Rocha, no Sertão da Paraíba, aparece como era um dos mais afetados), cuja única fonte de renda que se registrava ali era a das *Frentes de Emergência*. “Atualmente o Governo Federal, através do Ministério do Interior, vem concedendo subsídios aos proprietários rurais para que sejam mantidas as frentes de trabalho em oito mil propriedades do Estado, envolvendo 60 mil trabalhadores”. (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 6 fev. 1980).

A falta de chuvas anunciava que aquele ano faria intensificar o estado crítico da “seca”, o que levou os políticos municipais passaram a reivindicar das autoridades superiores os socorros urgentes (*Frentes de Emergência*) em seus territórios para resolverem a situação de miserabilidade do povo pobre do campo paraibano, sob a justificativa de que tais socorros seriam necessários para repararem os estragos das plantações e, ao mesmo tempo, conterem o êxodo rural. Isso se verificava nos municípios de São Vicente do Seridó, São João do Tigre, Congo, Gurjão, Taperoá, Riacho dos Cavalos, entre outros.

³³ De acordo com o Censo de 1980, a população da Paraíba era de 2.772.600 pessoas.

Exemplo dessa situação foi o caso denunciado pelo prefeito do Severino Cordeiro Martins (MDB)³⁴, do município de São Vicente do Seridó, junto ao jornal *Diário da Borborema*, conforme segue:

O prefeito Severino Cordeiro Martins, em entrevista concedida a reportagem, se mostrou bastante preocupado com a situação que vem se registrando nesse município, tendo dito “que diante de tal situação calamitosa que atravessamos, especialmente com o problema da falta d’água, tanto na zona urbana quanto na rural, somos forçados a recorrer aos poderes competentes para que seja dada uma providência urgente para o caso, pois, se não for tomada uma medida imediata, nosso município será palco de cenas sinistrantes e desventurosas, com perda de rebanhos além do costumeiro êxodo rural, que já vem se verificando há alguns meses, onde o homem do campo abandona suas terras à procura das grandes cidades, onde possa conseguir um meio de vida melhor. (Jornal *Diário da Borborema*, 5 fev. 1980).

Pelo posto, notamos que as *Frentes de Emergência* não contemplaram todos os municípios atingidos pelas estiagens e continuavam sendo solicitadas pelos políticos que diziam representá-los naquele ano de 1980, cujo contexto político se apresentava como de redemocratização³⁵. O deputado estadual Nilo Feitosa Mayer Ventura³⁶ (ARENA/PDS), criticou a não inclusão nas *Frentes de Emergência* dos municípios de São João do Tigre e Congo, no Cariri paraibano, em matéria do jornal em análise. O que nos chama a atenção é o fato de tanto o deputado como os prefeitos desses dois municípios serem do mesmo partido do governador Burity (ARENA/PDS) e não terem sido contemplados com o programa.

Ainda segundo o texto dessa matéria, o governo estadual havia declarado junto à SUDENE o estado emergencial de 105 dos seus municípios, contudo essa demanda não foi atendida por aquela instituição que homologou a solicitação de 78 municípios considerados em situação agravante e aptos a receberem a assistência, excluindo os outros 27 do total anunciado pelo governador da Paraíba sob a

³⁴ Severino Cordeiro Martins foi eleito prefeito em 1976, pelo MDB, com 990 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

³⁵ O bipartidarismo gerou, no Brasil, de 1966 a 1979, duas correntes políticas, a situacionista formada pela ARENA e a corrente oposicionista formada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era chamada de "A situação" e o MDB de "A oposição". Com a Lei Orgânica dos partidos políticos, Nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que diminuiu as exigências para a criação de partidos políticos no Brasil e permitiu que ressurgisse o pluripartidarismo, a ARENA foi rebatizada Partido Democrático Social (PDS) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

³⁶ Nilo Feitosa Mayer Ventura era natural de Monteiro, Cariri paraibano, sendo eleito deputado estadual, em 1978, pela ARENA com 12.110 votos, cujos municípios mais votados foram Monteiro (3453), João Pessoa (1553), Camalaú (1131), São Sebastião de Umbuzeiro (866), Riacho dos Cavalos (820), Araruna (797), São João do Tigre (651), Congo (240), Serra Branca (227), Livramento (207) e Sumé (182). Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

justificativa de não serem considerados em situação de calamidade pública em razão das estiagens, ficando, assim, sem receber a ajuda financeira do Governo Federal.

Tendo em vista a exclusão desses municípios, Nilo Feitosa reclamava da falta de critérios adotados pelo governador Burity, denunciando “Eu acho que o critério que está sendo adotado é o da indústria da seca” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 08 maio 1980).

O também deputado estadual Manoel Gaudêncio (ARENA/PDS)³⁷ era mais um dos que acusavam o governador da Paraíba dar preferência a municípios específicos para serem contemplados com as *Frentes de Emergência*. A mesma matéria jornalística nos diz que a posição tomada pela SUDENE causou revolta nos deputados paraibanos dos partidos PDS e PP, que passaram a realizarem denúncias em nome dos municípios excluídos do programa. Segundo tais denúncias, a exclusão havia se dado sob o argumento de que naqueles municípios haviam se verificado chuvas, mas aquela instituição não levou em consideração que elas não foram suficientes para resolverem a situação crítica da população residente naquelas áreas, cujos efeitos das estiagens anteriores continuavam a castigá-la.

Em nível local, os vereadores também se apresentavam como reclamantes da situação crítica provocada pela continuidade da “seca”, buscando a instalação das *Frentes de Emergência* sob o discurso de que as mesmas eram fundamentais para se salvar a vida dos flagelados. Identificamos, por exemplo, como assim se apresentou o vereador Wilson de Farias Ramos (ARENA/PDS)³⁸ do município de Gurjão, no Cariri paraibano. Vejamos:

O vereador Wilson de Farias Ramos, estará viajando a Capital do Estado, ainda esta semana, onde irá pedir ao Governador Tarcísio Burity providências imediatas para o problema da seca neste município. [...]. No tocante a situação de desemprego, Wilson Farias disse que a única salvação de seus municípios seria a criação imediata de frentes de serviços, uma vez que os habitantes desse município estão aos poucos se transferindo para outros centros a procura de emprego e com a aplicação das frentes de serviços esse problema seria sanado. Ele se congratulou

³⁷ Manoel Gaudêncio era natural de São João do Cariri, Cariri paraibano, sendo eleito deputado estadual, em 1978, pela ARENA com 13.303 votos, cujos municípios mais votados foram Serra Branca (2.377), Campina Grande (1918), São João do Cariri (1308), Remígio (683), Gurjão (925), Congo (862), São José dos Cordeiros (942), Queimadas (683), João Pessoa (555), Barra de São Miguel (512), Montadas (411), Olivedos (266) e Prata (255). Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

³⁸ Foi eleito vereador em 1976 pela ARENA, sendo o segundo mais votados com 173 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

com o deputado Manoel Gaudêncio pelo trabalho que aquele parlamentar vem fazendo em benefício dos seus munícipes, uma vez que se mostra bastante preocupado com os problemas da seca na região do Cariri paraibano. (Jornal *Diário da Borborema*, 13 maio 1980).

Além de realizar o pedido pela urgente criação de uma *Frente de Emergência* para o município de Gurjão junto ao governador, o vereador procurou popularizar o nome do deputado Manoel Gaudêncio (ARENA/PDS) que na Assembleia Legislativa da Paraíba e na imprensa já vinha se na defesa daquela pauta para aquele município. Na condição de aliado político, o vereador Wilson agradeceu a Manoel Gaudêncio, cujo objetivo era o de lembrar o nome daquele político com vistas ao pleito eleitoral seguinte (1982).

Em 10 de julho de 1980, diante dos pedidos e denúncias feitas pelos prefeitos e vereadores dos 27 municípios atingidos pelas estiagens e excluídos da lista inicial pela SUDENE e, também, após a pressão feita pelo governador e pelos deputados que compunham a Comissão das Secas da Assembleia Legislativa para a inclusão daqueles municípios em situação emergencial, aquela instituição homologou a demanda em pauta. Vejamos:

A SUDENE decidiu ontem homologar o estado de emergência decretado pelo governador Tarcísio Burity nos 27 municípios que anteriormente não tinham sido reconhecidos pela autarquia. Agora todos os 105 municípios incluídos pelo Governador do Estado em situação de emergência passam a dispor dos recursos para combater os efeitos da estiagem. (Jornal *Diário da Borborema*, 11 jul. 1980).

Uma vez resolvida essa situação, os agentes políticos de plantão dos 27 municípios finalmente incluídos para serem contemplados com as *Frentes de Emergência* passaram a deixar os seus agradecimentos na imprensa paraibana. Exemplo identificado por nós foi um registro dos atores políticos do município de Queimadas, onde se lê que

Os vereadores Geraldo Pachu e Assis Maciel, acompanhados do líder político Sebastião de Paulo Rego, compareceram ontem à redação do Diário da Borborema, a fim de agradecer em nome dos habitantes daquela cidade, a inclusão do município no programa de Emergência, cujo ato foi assinado pelo Governador Tarcísio Burity. (Jornal *Diário da Borborema*, 10 out. 1980).

Notamos que os vereadores do município de Queimadas, Geraldo Pachu (ARENA/PDS) e Assis Maciel (ARENA/PDS)³⁹, juntamente com líder político Sebastião de Paulo Rego (ARENA/PDS)⁴⁰ se apresentam como gratos pela chegada da *Frente de Emergência* naquele território. Logo, também identificamos esses políticos como os principais beneficiados com a máquina pública que tanto reclamava pelo socorro para as populações camponesas que agonizavam em razão das ausências das chuvas regulares.

Desse modo, entendemos que a chegada das *Frentes de Emergência* nos 107 municípios paraibanos decretados em estado de calamidade não significou a melhora na condição de vida das pessoas pobres do campo que ali residiam. Nos meses finais do ano de 1980, em meio à longa estiagem, aquela drástica situação se alastrou pelo interior do Estado, onde se perderam as plantações e se acentuou o desemprego. Sobre isso, identificamos que, no final de dezembro daquele ano, outro prefeito paraibano descrevera a situação do município que governava. Vejamos:

O prefeito Severino Gomes, da cidade de Picuí, disse ontem, que o aumento excessivo do êxodo rural em toda a região do Curimataú, o vem lhe preocupando bastante, uma vez que diariamente dezenas de pessoas estão se transferindo para o Sul do país a procura de um meio de sobrevivência. Disse aquele prefeito, que a única fonte de renda existente atualmente em toda região é a *Frente de Emergência*, embora exista muita gente sem estar alistada, fato que deverá ser levado ao conhecimento do governador pelos representantes do povo na Assembléia Legislativa e pelos próprios prefeitos da área atingidos. (Jornal *Diário da Borborema*, 11 dez. 1980).

Assim como os demais políticos anteriormente elencados, o prefeito Severino Gomes (ARENA/PDS)⁴¹ continua a reclamar a falta de política pública voltada aos pobres do campo que sofrem com as ausências de chuvas. Disse ele que, apesar do município de Picuí ter sido contemplado com a *Frente de Emergência*, muita gente ainda se encontra sem estar alistada na mesma. Logo, dizia ele que o número de vagas reservado para aquele município não era suficiente e, em razão disso, um dos principais objetivos dessas *Frentes de Emergências* após a sua reformulação (evitar

³⁹ Foram eleitos vereadores em 1976: Francisco de Assis Maciel Lopes (ARENA), 400 votos, terceiro mais votado; e Geraldo Pereira Pachu (ARENA), 311 votos, sexto mais votado. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

⁴⁰ Conhecido como Tião do Rego, foi eleito prefeito em 1972, pela ARENA, com 3.373 votos, e também em 1982, pelo PDS, com 5.774 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

⁴¹ Severino Pereira Gomes foi eleito prefeito em 1976, pela ARENA, com 3.909 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

o êxodo rural) não estava sendo alcançado. Notamos, pois, que naqueles municípios paraibanos a preocupação com a situação tornou-se constante, já que a saída que os excluídos tinham era migrar ou saquear os armazéns e/ou feiras livres das suas cidades.

Os poucos camponeses inscritos nas *Frentes de Emergência* temiam perder essa precária relação de trabalho e o respectivo pequeno salário nos primeiros meses de cada ano, quando as chuvas apareciam de forma esparsa e irregular. O fato da ocorrência de chuvas, mesmo que não satisfatórias para o sucesso de uma plantação, era suficiente para que a SUDENE tentasse desativar as poucas *Frentes de Emergência* que existiam.

Essa situação de suspense se verificou no final de abril de 1981, quando então aquele órgão federal não levou em conta que as chuvas caídas no início deste ano não foram bastante para tirarem os 107 municípios paraibanos do estado de calamidade que enfrentavam há meses. Nesse sentido, a imprensa local anunciava que haviam sido “Desativadas as frentes de trabalho” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 23 abr. 1981). Diante a essa situação, o governo do Estado e seus secretários passaram a solicitar junto à SUDENE pela manutenção dos trabalhos emergenciais: “Paraíba apela para a manutenção das frentes” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 25 abr. 1981). Em resposta a essa pressão o Ministro do Interior, Mário Andreazza⁴², dizendo atender a um pedido do então presidente do Brasil, João Figueiredo, declarou que seria realizado um tratamento diferenciado ao Nordeste e à sua condição semiárida: “Andreazza - O Nordeste reclama com justiça tratamento especial” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 30 abr. 1981).

Em 05 de maio de 1981, dizendo seguir essa orientação, a SUDENE realizou uma mudança nas diretrizes dos trabalhos efetuados pelas *Frentes de Emergência*, não alistando mais os ditos flagelados para os trabalhos em propriedades privadas que possuíam até 70 hectares e transferindo os que ali estavam para a construção e/ou melhoramento de obras públicas. Essa decisão foi matéria publicada na imprensa, como segue abaixo:

Agricultores paraibanos inscritos nas frentes de emergência como trabalhadores em propriedades que possuam até 70 hectares serão transferidos para atividades em obras públicas, de acordo com decisão

⁴² Mário David Andreazza (1918-1988) foi um militar e político brasileiro, tendo sido o Ministro do Interior durante o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985).

nesse sentido tomada ontem durante reunião na SUDENE, da qual participou o secretário de Transportes e Obras Públicas do Estado, José Silvino. Em Recife, Silvino discutiu também medidas que serão tomadas conjuntamente pela SUDENE e Governo do Estado, para o estabelecimento de diretrizes de uma política mais efetiva de proteção do trabalhador, em função da iminência da continuidade da seca na Paraíba e no Nordeste. (Jornal *Diário da Borborema*, 6 maio 1981).

Os trabalhos das *Frentes de Emergência* continuaram na Paraíba, porém causaram o deslocamento dos trabalhadores das propriedades privadas que possuíam até 70 hectares para as obras públicas das prefeituras cadastradas, gerando, também, a dispensa de outros tantos camponeses, pois não eram necessários todos para efetuação das ditas obras. Isso ocorreu no primeiro dia do mês de junho de 1981, cujos números dos excluídos foram expressos da seguinte forma:

Começou ontem a desativação de vinte dois mil e oitocentos trabalhadores das frentes de emergência da seca na Paraíba, o que corresponde a aproximadamente a vinte por cento dos alistados no Estado, segundo informação prestada pelo diretor geral da Secretária de Agricultura, responsável pela coordenação do programa de emergência. A desativação coincide com a mudança sistemática de prestação de serviço que deixará de ser feita apenas a nível de propriedade rural para ficar diretamente vinculada às prefeituras dos municípios das regiões atingidas pela estiagem. Disse ainda o diretor da Secretária de Agricultura que foi a SUDENE que exigiu a desativação a partir de ontem, levada, ao que se informou por denúncias de que havia no meio dos beneficiados pelo programa de assistência pessoas que não eram agricultores, mais identificados com outras profissões até liberais como barbeiros, carpinteiros, etc. (Jornal *Diário da Borborema*, 02 de jun. 1981).

Dizendo ter por base as informações prestadas pelo diretor geral da Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado⁴³, a matéria acima informa que 22.800 pessoas que se encontravam alistadas foram dispensadas (20% do total do Estado) por não serem agricultoras e se encontrarem em situação irregular no referido programa. Interessante destacar que a dispensa desses trabalhadores se deu no mês de junho, momento em que se registrava a intensificação dos efeitos das estiagens advindas desde o início daquele ano.

De acordo com Silva (2017, p.54), o grande número de alistados que foi dispensado causou um descontentamento geral da população e dos governantes em nível local e estadual, sendo que estes se aproveitavam da situação para se

⁴³ Durante a “seca” de 1979-1983, a Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado ficou responsável pela coordenação das *Frentes de Emergência* que nos municípios se fez chegar através da EMATER-PB, que ficou responsável pelo alistamento das pessoas naquele programa.

apresentarem como defensores do povo flagelado e, assim, aumentarem os seus prestígios políticos. Mesmo os camponeses que continuaram trabalhando nas *Frentes de Emergência* mostraram grande descontentamento com a nova fase do programa, uma vez que os baixos salários eram insuficientes para que eles pudessem suprir as suas necessidades básicas que era adquirir alimentos para suas famílias, além de também terem de arcar com o deslocamento até o local das obras, onde, inclusive, eram os responsáveis pelas suas despesas com alimentação.

No início de 1982, obedecendo determinações da SUDENE, o subsecretário da Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, Agostinho dos Santos, resolveu suspender as matrículas nos postos de alistamento das *Frentes de Emergência*, sob a justificativa de que “a situação da seca nas áreas afetadas está sob controle total”. Esse encaminhamento foi noticiado da seguinte maneira:

A Paraíba completou seu quadro de alistados nas frentes de trabalho da emergência contando com 203 mil inscritos. Obedecendo normas estabelecidas pela SUDENE, a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba anuncia que estão suspensa as matrículas nos postos de alistamento da emergência e afirma que “a situação da seca nas áreas afetadas está sob controle total”, segundo o subsecretário da SAA, Agostinho dos Santos. De acordo com os estudos do CTA – Centro Tecnológico Aeroespacial, as chuvas, para este ano, serão melhor distribuídas. Essa estimativa e a perspectiva de uma contenção na defasagem agrícola do Estado para 82, são alguns dos itens que levaram a SUDENE a tomar a resolução de suspender as inscrições da emergência e considerar a Paraíba como o Estado mais bem servido pelo programa de combate à seca no Nordeste, complementa Agostinho. (Jornal *Diário da Borborema*, 6 jan. 1982).

Vemos que a matéria começa informando que a Paraíba havia completado o seu quadro de alistados, composto por 203 mil inscritos. Assim, se compararmos com o número de trabalhadores do campo matriculados em 1981, veremos que o quadro havia sido significativamente mais uma vez reduzido. Sem mencionar esse dado, a matéria preferiu dizer que os estudos do Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA)⁴⁴ previam que as chuvas para o ano que se iniciara (1982) seriam melhor distribuídas na Paraíba e que esse dado também havia levado a SUDENE a decidir por suspender as inscrições no programa de emergência. O subsecretário Agostinho dos Santos era concordante com a ordem do órgão federal e terminou dizendo

⁴⁴ O Centro Técnico de Aeronáutica é uma organização militar e instituição científica e tecnológica do comando da Aeronáutica à qual compete planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito da Força Aérea Brasileira.

considerar a “Paraíba como o Estado mais bem servido pelo programa de combate à seca no Nordeste”.

Essa posição da SUDENE foi intensificada no mês de maio de 1982, quando então ela declarou suspenso o Programa de Emergência a partir de 10 de junho do mesmo ano. Vejamos:

A Secretaria de Agricultura da Paraíba não sabe que destino terão os 198,8 mil trabalhadores rurais alistados no Programa de Emergência mantido em 134 municípios paraibanos. A SUDENE determinou a suspensão do pagamento de todos os alistados, a partir de 10 de junho. Preocupado com o agravamento de tensões sociais nas áreas do interior paraibano mais afetadas pelos efeitos do terceiro ano consecutivo de seca, o governador Tarcísio Burity já telegrafou à Figueiredo, comunicando a sua apreensão. O telegrama também foi enviado a outras autoridades. (Jornal *Diário da Borborema*, 6 maio 1982).

O texto acima apresenta a preocupação que passou a ter a Secretaria de Agricultura da Paraíba que não sabia como lidar com a situação que se apresentava mediante o fim do programa das *Frentes de Emergência*. Tratava-se de 198,8 mil trabalhadores rurais de 134 municípios paraibanos que ficaram sem trabalho e sem condições mínimas de existência. Observando esse dado e temeroso das tensões sociais que ele poderia provocar, o governador Burity logo entrou em contato com o presidente Figueiredo e outras autoridades solicitando a continuidade das *Frentes de Emergência*. Em 18 de junho de 1982, o jornal *Diário da Borborema* já anunciara um novo programa para atender os camponeses paraibanos, como citado abaixo:

O Governo do Estado e a SUDENE lançarão um novo programa para beneficiar os agricultores paraibanos. O programa corresponde a uma nova sistemática da Frente de Emergência. As metas proprietárias são as obras públicas, preferencialmente as grandes obras, estando prevista a construção de pequenos e médios açudes, grandes barragens sucessivas, adutoras e cisternas. Os Bolsões das Secas, segundo explicações do secretário, são áreas de municípios considerados mais carentes. Para identificar os Bolsões são levantados os seguintes dados: frustação das áreas de cultivo de subsistência, determinando-se os índices de perda; a existência de reservas hídricas suficientes para o consumo humano e animal durante o verão; frustação da safra de algodão; oferta de empregos, entre outros. (Jornal *Diário da Borborema*, 18 jun. 1982).

Assim, na segunda metade do ano de 1982, o governo federal promoveu uma nova sistemática no *Programa das Frentes de Emergência*, com metas (obras públicas: construção de pequenos, médios e grandes açudes, adutoras e cisternas) e locais específicos (Bolsões das Secas) a serem alcançados. Tendo em vista as

várias denúncias de irregularidades administrativas por parte da EMATER, conforme veremos no próximo tópico desse capítulo, o governo também decidiu que a responsabilidade do programa ficaria a cargo do 1º Grupamento de Engenharia⁴⁵ e pelo DNOCS, que deram prosseguimento na abertura das inscrições para o cadastramento dos camponeses em situação de flagelo. De acordo com Silva (2017, p. 56), a partir daquele momento, grande atenção direcionou-se para o Cariri, uma das regiões paraibanas que mais sofria com a falta de chuvas, porém municípios das demais regiões atingidas também foram inclusas nos “bolsões”.

A nova sistemática das *Frentes de Emergência* não significou, entretanto, solução para os velhos problemas que afetavam os trabalhadores do campo inseridos no programa. Essa constatação é possível ao observarmos a denúncia feita pelo presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG-PB), Álvaro Diniz⁴⁶, na matéria a seguir. Vejamos:

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Álvaro Diniz, denunciou ontem que trabalhadores alistados nos “Bolsões da Seca” estão prestando serviços a vinte quilômetros do local onde moram e, por isso, estão prejudicando tanto a eles como a suas famílias, haja vista que são obrigados a fazerem duas feiras, uma para eles e outra para a família. Segundo ele, a informação foi prestada a FETAG por presidentes de Sindicatos Rurais de várias localidades da Paraíba, onde os “Bolsões de Seca” estão implantadas. “Recebi a denúncia dos Sindicatos e estou apelando para que, tanto o governo do Estado, como o I Grupamento de Engenharia, que está responsável pelo alistamento dos camponeses, tomem alguma providencia” (Jornal *Diário da Borborema*, 17 de out. 1982).

Como já mencionado, a configuração dos “Bolsões da Seca” terminou por situar locais específicos a serem atendidos pelo *Programa das Frentes de Emergência*. Isso fez com que esse programa atendesse apenas as áreas ditas como as mais castigadas pelas estiagens, não prestando assistência de forma ampla a todos os municípios atingidos pela “seca”. Assim, a forma como os trabalhadores do campo alistados foram distribuídos nas obras dos “Bolsões da Seca” logo foi alvo de reclamações, uma vez que aqueles camponeses estavam

⁴⁵ O 1º Grupamento de Engenharia é uma organização militar do Exército Brasileiro, sediada em João Pessoa/PB, criada pelo Decreto nº 37.221, de 27 de abril de 1955, que nasceu para cooperar na luta contra os efeitos da “seca” no Nordeste brasileiro, por meio da supervisão, coordenação e controle das atividades dos Batalhões de Engenharia da região, realizando obras rodoviárias, ferroviárias e de construção de açudes e poços, além de atividades de assistência social, como o auxílio dos flagelados, distribuindo gêneros alimentícios, prestando assistência médico-hospitalar e orientando a mão de obra local na construção de obras que iriam beneficiá-los. Cf. <http://www.1gec.eb.mil.br/>

⁴⁶ Álvaro Diniz foi eleito presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG) em 1976, comandando a entidade até 1987.

trabalhando a vinte quilômetros do local onde residiam e, em razão dessa distância e dos baixos salários que recebiam, estavam tendo sérias dificuldades de fazerem duas feiras para alimentarem a si e a suas famílias.

Esse foi o cenário em que ocorreu a campanha para as eleições marcadas para acontecerem em 15 de novembro de 1982⁴⁷, cujo governador eleito foi Wilson Braga (1983-1987)⁴⁸.

Os primeiros meses dessa gestão (janeiro a junho de 1983) também foram marcados pela pouca presença de chuvas que caíram de forma esporádica apenas em alguns municípios do Estado, o que fez se agravar a crítica situação camponesa da Borborema (Cariri e Seridó), do Agreste (Curimataú) e do Sertão da Paraíba. Diante desse quadro, as *Frentes de Emergência* apareciam como as únicas possibilidades de salvação e esperança para os trabalhadores do campo, como destaca o jornal *Diário da Borborema* em julho de 1983: “Emergência veio salvar agricultores: Queimadas”. Para enfrentar aquele quadro de dificuldades, Wilson Braga fez apelo ao governo federal no sentido de que providências fossem tomadas em relação ao quadro de flagelo do Nordeste. Vejamos:

O governador Wilson Braga informou ontem pela manhã, em Campina Grande, que enviou telegrama ao Vice-Presidente no exercício da Presidência, Aureliano Chaves, solicitando uma campanha de âmbito nacional para socorrer os flagelados da seca no Nordeste, a exemplo da que foi feita para ajudar as vítimas das enchentes no Sul. (Jornal *Diário da Borborema*, 27 jul. 1983).

De acordo com Silva (2017, p. 57), a solicitação do governador parece ter surtido efeito, uma vez que o vice-presidente da República respondeu que destinaria recursos através da SUDENE para atender o caso do Nordeste, “realizando junto a esses recursos um aumento salarial para os trabalhadores inscritos nas *Frentes de Emergência*, que ganhavam cerca de Cr\$15.300,00, devido à alta inflação no país.”

O segundo semestre de 1983, também foi marcado pela intensificação das dificuldades pelas quais passavam o povo camponês paraibano cadastrado nas *Frentes de Emergência*, sendo muito pior ainda a situação dos que nelas não

⁴⁷ Em 15/11/1982, realizaram-se eleições para Senador, Suplente de Senador, Governador, Vice-governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, em todo o Estado. Na mesma data ocorreram as eleições municipais para Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores em todos os municípios do Estado com exceção da capital, João Pessoa, que teve o seu prefeito nomeado em 26/03/1979.

⁴⁸ Carvalho (1985) faz uma análise mais detalhada e diferenciada das mudanças ocorridas durante o período de 1979/83, onde ele analisa a influência das eleições de 1982 nas mudanças ocorridas.

conseguiram se alistarem para receberem aquele valor em dinheiro considerado irrisório para suprir as suas necessidades básicas.

Como vimos, ao longo dos cinco anos dessa grande “seca”, várias mudanças afetaram a configuração das *Frentes de Emergência* e, nesse momento final daquele tempo de estiagens, a grande novidade foi a modificação na forma de pagamento, quando então parte do salário passou a ser substituído por uma cesta básica⁴⁹. Tal mudança teve por base a justificativa de que essa seria uma maneira de contornar o problema que os camponeses cadastrados enfrentavam para comprarem alimentos nos comércios locais que se encontravam inflacionados ou, em outros casos, pelo fato de os comerciantes não os venderem mais em razão das dívidas que muitos daqueles trabalhadores tinham acumuladas em suas bodegas.

As várias relações postas na confecção e distribuição dessas cestas básicas, bem como e a sua qualidade alimentar nos fazem imaginar as condições de possibilidades vividas por muitos dos camponeses paraibanos que conseguiram a duras penas chegar vivo ao quinto e último ano daquela grande “seca”.

Quadro 04 – Número de municípios, de propriedades e de alistados

| ANO | Nº DE MUNICÍPIOS | Nº DE PROPRIEDADES | Nº DE ALISTADOS |
|------|------------------|--------------------|-----------------|
| 1979 | - | 5.618 | 250.000 |
| 1980 | - | 8.000 | 60.000 |
| 1981 | - | - | - |
| 1982 | 134 | - | 203.000 |
| 1983 | - | - | - |

FONTE: JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 1979, 1988, 1982.

Assim, a situação vivida no Nordeste, especificamente da Paraíba, entre os anos 1979 a 1983, nos reafirma o descaso do governo federal para com aquela região, cuja única política pública foi a das *Frentes de Emergência* que, além de serem insuficientes para aquela população, estavam assentadas em um forte esquema de corrupção que atendia aos interesses das oligarquias da Paraíba, conforme veremos a seguir.

⁴⁹ Cesta básica é o nome dado a um conjunto formado por produtos utilizados por uma família durante um mês. Este conjunto, em geral, possui gêneros alimentícios, produtos de higiene pessoal e limpeza. Não existe um consenso sobre quais produtos formam a cesta básica sendo que a lista de produtos inclusos pode variar de acordo com a finalidade para a qual é definida, ou de acordo com o distribuidor que a compõe.

3.2 AS FRENTES DE EMERGÊNCIA, SUAS IRREGULARIDADES E RESISTÊNCIA CAMPONESA NA PARAÍBA

No decorrer de nossa pesquisa identificamos o quanto foi corrente o uso da máquina pública pelos políticos de plantão que canalizavam pra si e em seu proveito as poucas políticas públicas existentes (*Frentes de Emergência*). Por seu turno, também identificamos o quanto foi presente os níveis de resistências dos camponeses que eram excluídos desse processo. Nesse sentido, passamos a identificar e analisar os principais registros que mais nos chamaram a atenção.

Para a análise das questões acima apontadas se faz necessário levar em consideração que nos vários municípios paraibanos daquele tempo existiam as oligarquias que viviam disputando entre si os poderes locais, cuja vitória significaria estabelecer relações imediatas com os governos estadual e federal por meios de suas instituições. Nesse particular, cabe destacar o papel que a EMATER⁵⁰ representou, por meio de seus técnicos, enquanto espaço agenciador das querelas e tramas políticas que envolviam as *Frentes de Emergência* e as oligarquias locais. Identificamos, por exemplo, que no município de São Mamede aconteceu a suspensão do alistamento em razão dos conflitos que vinham acontecendo entre políticos locais e técnicos da EMATER. Já em Coremas, o técnico dessa repartição, de nome Francisco de Assis, chegou a ser baleado (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 27 out. 1981).

Não raro um político local se apresentava como fiscal de seu rival em um determinado município, denunciando-o nas páginas do jornal *Diário da Borborema*, como na matéria que trouxe como título: “Prefeito acusado de desviar a verba do programa contra a seca” (28 maio 1980). Ela dizia que o prefeito do município de Santa Luzia, no Sertão paraibano, Antônio Ivo de Medeiros (MDB/PMDB)⁵¹, havia sido denunciado na Assembleia Legislativa da Paraíba pelo deputado Inácio Bento de Moraes (ARENA/PDS)⁵², que acusou-o de desviar o dinheiro daquele programa para utilizar em benefício próprio. Notamos que o fato em tela remete aos conflitos

⁵⁰ O Governo Federal criou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PB), vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, integrante do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, pelo Decreto Estadual número 6.755, de 18 de dezembro de 1975, assinado pelo Governador Ivan Bichara Sobreira (1975-1978).

⁵¹ Foi eleito prefeito em 1976, com 2.367 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

⁵² Foi eleito deputado estadual em 1978, com 13.973 votos, dos quais 1.683 foram no município de Santa Luzia. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

entre dois políticos locais de partidos diferentes de um município que disputavam o poder, tanto pelo controle da *Frente de Emergência* ali instalada como pelo contexto político que aquele primeiro ano da década de 1980 representava.

A partir do conjunto de matérias jornalísticas analisadas se é possível perceber que a EMATER deixava de fora do alistamento muitos camponeses que preenchiam o perfil necessário, enquanto eram realizadas inscrições fantasmas ou de pessoas que não tinham a necessidade daquele salário. Essa constatação se pode ver acontecida no município de São Vicente do Seridó, a partir da acusação feita pelo vereador e presidente da Câmara Municipal, José Acênio Bispo de Lima (ARENA/PDS)⁵³, que se dirigiu até o jornal *Diário da Borborema* para manifestar sua indignação. Vejamos:

Segundo aquele edil, “ali existe muitos comerciantes inscritos no referido programa, quando o mesmo foi criado unicamente para as pessoas pobres e estas não estão tendo vez, pois suas vagas foram ocupadas por pessoas que não necessitam de tal assistência, uma vez que só aparecem para receberem o pagamento, podendo tal denuncia ser constatada a qualquer hora” – disse o vereador. (*Jornal Diário da Borborema*, 29 de nov. 1980).

Ao identificarmos que Severino Cordeiro Martins (MDB/PMDB) era o prefeito do município de São Vicente do Seridó, compreendemos que a denúncia apresentada no jornal acima se inscreve no campo de disputa que ali também se estabelecera entre aqueles dois políticos de partidos opostos pelo comando local. Ao que parece, o prefeito exercia influência sobre o técnico da EMATER responsável pelo alistamento das pessoas no programa em tela e essa aproximação fazia com que os eleitores do MDB/PMDB fossem incluídos e os da ARENA/PDS excluídos da *Frente de Emergência*.

O alistamento indevido de políticos e de seus parentes também foi denunciado no jornal acima descrito, como foi o caso de vereadores inscritos no município de Soledade⁵⁴. Já no de Riacho dos Cavalos, no alto sertão paraibano, o filho do prefeito, Janduhy Suassuna Saldanha (ARENA)⁵⁵, havia sido alistado e em razão

⁵³ Foi eleito vereador em 1976, com 128 votos, sendo o quarto mais votado. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

⁵⁴ Os vereadores eleitos em 1976 foram: Paulo Cordeiro de Lima (ARENA), José Carlos Ramos Pereira (MDB), Geraldo Costa (ARENA), Paulo Marinho de Arruda (ARENA), José Hermenegildo Sobrinho (ARENA), Flávio Lira de Miranda (ARENA) e Francisco Justino (MDB). Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

⁵⁵ Foi eleito prefeito em 1976, com 1.837 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

das várias irregularidades, o governo do Estado tomou a medida extrema de suspender o programa naquela localidade. Vejamos:

Após constatar uma série de distorções nas frentes de emergência, entre elas a nomeação de um filho do próprio prefeito, Janduhy Suassuna, o governo do Estado autorizou ontem a tarde o secretário de Agricultura, Marcus Baracuhy, a desativar a frente no município de Riacho dos Cavalos, no alto sertão paraibano. Além da inscrição do filho do prefeito constatou-se também a existência de pressões políticas para que fossem feitos alistamentos não muito recomendáveis, o que teria irritado o governador Tarcísio Burity, que determinou a suspensão por tempo indeterminado de qualquer alistamento no município. (Jornal *Diário da Borborema*, 04 nov. 1981).

No município de Barra de São Miguel, no Cariri paraibano, aconteceu caso ainda mais peculiar, pois “Prefeito e médicos estavam inscritos na emergência” (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 14 nov. 1981), dizendo a matéria que vários parentes do prefeito Pedro Pinto da Costa (ARENA)⁵⁶ também estavam inscritos nas *Frentes*. Diz ainda essa matéria que nos demais municípios do interior paraibano foram registradas irregularidades, passando de 500 o número de inscrições indevidas⁵⁷.

Por seu turno, os camponeses pobres que não fossem aliados dos chefes políticos locais, que estavam com o controle da EMATER, muito dificilmente seriam alistados nas *Frentes de Emergência*. Outro grupo também excluído do alistamento era o das mulheres, cuja denúncia foi apresentada na Assembleia Legislativa pelo deputado estadual José Lacerda Neto (ARENA/PDS)⁵⁸ e também divulgada na imprensa. Disse aquele político que

“As mulheres estão impedidas pela EMATER de se alistarem nas frentes de trabalho da emergência da seca, mesmo que sejam as chamadas moças-velhas, viúvas ou mulheres sem marido, que tenham a responsabilidade de manter a família”, denunciou ontem na Assembléia o deputado José Lacerda, afirmando: “É um processo discriminatório e injusto. Será que essas mulheres também não têm estomago? E os filhos não precisam comer?” Depois de revelar que até as mulheres que se encontram com seus maridos incapacitados ou hospitalizados estão impedidas de se alistarem na EMATER para manterem seus dependentes, o parlamentar disse que já levou esse fato ao conhecimento do próprio governador do Estado, que se comprometeu a tentar recursos para providenciar o atendimento desse pessoal, no entanto já decorreram dois meses e a situação permanece a

⁵⁶ Foi eleito prefeito em 1976, com 652 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

⁵⁷ Esse conjunto de práticas políticas leva o nome de nepotismo, termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas, geralmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos públicos e políticos.

⁵⁸ Foi eleito deputado estadual em 1978, com 13.744 votos. Cf. <http://www.tre-pb.jus.br>

mesma, forçando a que as mulheres peçam esmolas. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 08 de ago. 1980).

A denúncia do deputado mostra o quanto difícil era a vida das mulheres camponesas, sobretudo se elas fossem “moças-velhas, viúvas ou mulheres sem marido” com a responsabilidade de manter a si ou a sua família. Ao que parece, ainda na gestão do governador Burity, a questão da exclusão das mulheres no alistamento das *Frentes de Emergências* foi solucionada, pois identificamos que naquela gestão foi criada um programa especial de emergência para as mulheres da zona rural. Vejamos:

Repercutiu nacionalmente a determinação de Burity, em plena seca ocorrida no primeiro Governo (1979-1983), para que as mulheres cadastradas nas frentes de emergência não fossem mais trabalhar na construção de açudes. As mulheres ficavam em casa e recebiam seus salários no final do mês. Isso aumentou a popularidade do então governador. (Jornal *A União* 8 jul. 2009)

De resto, durante aqueles cinco anos de “secas”, as reclamações e denúncias advindas do interior da Paraíba se proliferam, apontando as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, mais também os seus variados meios de resistências perante o quadro de corrupção instaurado pelas oligarquias locais.

No início de julho de 1979, os trabalhadores do campo do município de Juazeirinho procuraram o jornal *Diário da Borborema* no sentido de prestarem denúncia contra a EMATER daquela localidade. Conforme os denunciantes, eles não estavam recebendo seus pagamentos como se devia, ou seja, diretamente no escritório daquela repartição e sim através dos proprietários inscritos que, antes de entregarem em suas mãos, estavam retirando 6 cruzeiros. Vejamos como a matéria descreve esse esquema de corrupção então existente entre a EMATER local e os proprietários de terra daquele município:

Segundo os denunciantes, ainda existe muitos proprietários rurais recebendo os pagamentos de seus trabalhadores no escritório da EMATER e efetuando o pagamento aos pobres servidores da maneira que querem. O sistema usado pelo órgão, para fugir a responsabilidade de uma fiscalização, consiste no seguinte: o escritório fornece uma folha em branco para que o proprietário colha a assinatura do trabalhador, sendo que esse documento depois é devolvido ao escritório como se o pagamento tivesse sido efetuado ali. (Jornal *Diário da Borborema*, 3 de jul. 1979).

Interessante observar que, mesmo em meio a uma desigual relação de poder, os camponeses buscavam uma maneira de denunciar a desonestidade que lhes era acometida e, desse modo, chamar a atenção das autoridades estaduais responsáveis para que houvesse uma investigação e correção do que estava se passando naquele município. Ao analisar esse fato, Silva (2017, p. 59) diz que, com o objetivo de se averiguar aquela denúncia, foi designada uma comissão presidida diretamente pelo coordenador estadual das *Frentes de Emergência*, Agenor Nunes da Silva, que junto a outros técnicos foram àquele município. Todavia, esse autor destaca que a referida comissão dirigiu-se apenas aos funcionários da EMATER local e aos proprietários de terras cadastrados, não procurando em momento algum ouvir os denunciantes camponeses. Logo, a investigação terminou por concluir pela lisura dos denunciados perante a questão em tela.

As irregularidades tão comuns nas *Frentes de Emergência* continuaram sendo denunciadas pelo interior da Paraíba, como foi o caso delatado no município de Barra de São Miguel, no Cariri paraibano, quando a camponesa Petronila Farias das Neves disse que o fazendeiro José Andrade Pereira e o fiscal da EMATER Francisco da Costa estavam ficando com o dinheiro destinado ao pagamento de seu esposo. Vejamos:

A senhora Petrolina Farias das Neves Lins, residente do sítio Pedra D'água, município de Barra de São Miguel, endereçou correspondência ao Diário da Borborema denunciando o fazendeiro José Andrade Pereira juntamente com o fiscal Francisco Costa, de terem ficado com os salários de seu esposo. (Jornal *Diário da Borborema*, 01 de abr. 1980).

Apesar de ser um caso isolado em meio a um conjunto dessas práticas de corrupção por partes dos que estavam nas estruturas de poder, consideramos o ato de a senhora Petronila enviar uma carta ao citado jornal como de uma significativa resistência, pois ela desafiou o poder do latifúndio e dos seus agentes ao encaminhar uma denúncia a ser publicada em um periódico de circulação regional.

Situação semelhante se registrou no município de Riacho dos Cavalos, Sertão paraibano, em declaração dada pelo agricultor Alcides de Sousa, constando que vários agricultores receberam seus vencimentos de forma irregular e que eles não tinham ideia do por que daquele procedimento por parte do técnico da EMATER e esperam a devida regularidade no próximo pagamento (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 de jun. 1980).

Outro problema enfrentado pelos camponeses alistados nas *Frentes de Emergência* era o dos atrasos nos pagamentos daquelas pequenas quantias em dinheiro e quando isso acontecia eles resistiam mais intensamente. A título de exemplo, podemos citar o caso ocorrido no município de Catolé do Rocha, no Sertão do Estado. Segue abaixo:

Trabalhadores inscritos no programa de emergência para à seca realizaram uma concentração na cidade de Catolé do Rocha, ameaçando inclusive invadir o comércio local se não fosse tomada uma providência para solucionar o problema de atraso nos seus pagamentos. Ontem mesmo o governador em exercício, sr. Clóvis Bezerra, tomou conhecimento do fato, tendo imediatamente se comunicando com o superintendente da Sudene, sr. Walfrido Salmito, o qual autorizou que fosse reiniciado o pagamento. Na noite de ontem, Clóvis Bezerra foi a Granja Santana para relatar os fatos ao Governador Tarcísio Burity (afastado temporariamente do cargo), informando que a situação está sob controle e foi sustada a ameaça dos trabalhadores. O governador em exercício admitiu aos repórteres que o quadro da seca vem se agravando novamente no Estado e em diversas regiões o clima é de expectativa. (Jornal *Diário da Borborema*, 07 de fev. 1980).

Ao mesmo tempo, os saques se espalharam pela região Nordeste. Só no Ceará foi registrada mais de uma centena deles, quando legiões de trabalhadores do campo famintos invadiram cidades e arrancaram alimentos à força em feiras-livres e/ou armazéns. Na Paraíba, no primeiro semestre de 1980, os camponeses dos municípios em situação crítica que viviam nos 27 municípios que não tiveram a homologação de sua situação de calamidade pela SUDENE começaram a dar início as invasões e saques nas feiras e comércios de suas cidades. De acordo com Silva (2017), isto aconteceu nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Catolé do Rocha, Pombal, Taperoá, Livramento, dentre outras. Mas, um caso que chama atenção foi a ação de resistência das camponesas à cidade de Diamante, no Sertão paraibano:

A cidade de Diamante, no alto sertão paraibano, foi invadida ontem por flagelados da seca, que arrombaram o Posto Médico da cidade, onde eram guardados medicamentos – gêneros de Programa de Assistência Materno-Infantil. Todos os mantimentos armazenados foram levados pelos agricultores famintos. O grupo que invadiu Diamante tinha a frente aproximadamente 60 mulheres que justificavam o saque à repartição do Governo do Estado, alegando que não podia deixar seus filhos morrerem de fome, já que há vários dias não tinham alimentos. (Jornal *Diário da Borborema*, 03 maio 1980).

Cabe evidenciar o protagonismo desse significativo grupo de mulheres camponesas, uma vez que, mesmo excluídas dos alistamentos nas *Frentes de*

Emergência, como vimos anteriormente, não se calaram e afrontaram o poder então instituído ao arrombarem o Posto Médico da sua cidade

Por seu turno, uma das estratégias de sobrevivência desses camponeses foi a de procurar a imprensa estadual para registrar o seu estado crítico, como o caso registrado em Boqueirão dos Cochos⁵⁹, onde alguns populares buscaram o *Jornal Diário da Borborema* para relatarem a situação de flagelo e, ao mesmo tempo, exigirem providências dos políticos da Paraíba. Vejamos:

Os agricultores Francisco Pereira, José Vieira, Geraldo de Sousa Pires, João Vieira e José Pereira de Lima procuraram a reportagem associada a fim de pedir uma providência ao governador do Estado, no sentido de salvar a situação de centenas de outros pais de famílias que igualmente a eles perderam todas as suas plantações com a seca, fato que vem gerando um verdadeiro clima de calamidade pública em toda a região, pois não existem meios de sobrevivência para a sua população, uma vez que tiveram toda a sua safra destruída pelo sol. Alegam os denunciadores que os habitantes da região estão passando maus momentos, chegando ao ponto de invadirem a feira central da cidade no último dia dois, quando saquearam todas as mercadorias expostas a venda, [...] os agricultores afirmam que se uma providência urgente não for adotada, no sentido de ser oferecido emprego para os mesmos, irão mais uma vez saquear a feira livre, pois estão em uma situação por demais difícil, tendo todos afirmado que a emergência seria a única maneira de solucionar o problema. (*Jornal Diário da Borborema*, 14 maio 1980).

Os camponeses Francisco Pereira, José Vieira, Geraldo de Sousa Pires, João Vieira e José Pereira de Lima do município de Boqueirão dos Cochos, dentre tantos outros, são exemplos de homens do povo que se levantaram contra a situação de miserabilidade que lhes era posta pelo Estado brasileiro. Portanto, são heróis do povo que a nossa memória histórica não deve esquecer.

A situação de calamidade vivida pelos camponeses da Paraíba intensificou no ano seguinte, o que possibilitou o agenciamento de ações políticas dos mesmos no sentido de promoverem mais saques em feiras e comércios das suas respectivas sedes municipais. O *Jornal do Brasil*⁶⁰, de 11 de março de 1981, trouxe editorial com a seguinte manchete: “SECA PROVOCA NO NORDESTE SAQUES EM DOIS ESTADOS”, cuja escrita seguia dizendo que

Mais quatro cidades do Ceará (Senador Sá, Meruoca, Nova Russas e Pacajus) e uma na Paraíba (**Bonito de Santa Fé**) foram invadidas ontem por mais de 5 mil flagelados em busca de água e alimento. Em Bonito de Santa Fé houve depredações e tiroteio, e o prefeito da cidade refugiou-se

⁵⁹ Boqueirão dos Cochos era como se chamava o município de Igaracy, localizado no Sertão da Paraíba.

⁶⁰ O *Jornal do Brasil* é um tradicional jornal brasileiro editado na cidade do Rio de Janeiro. Foi fundado em 1891, pelo jornalista Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, e atualmente pertence ao empresário Omar Resende Peres Filho, que sublicenciou a marca, de propriedade de Nelson Tanure.

em João Pessoa. A cidade fica fronteira da Paraíba com o Ceará. Menos de 24 horas depois de liberar Cr\$ 2 bilhões 150 milhões para áreas de emergência do Nordeste, o Ministério do Planejamento liberou ontem mais de Cr\$ 300 milhões. O Ministério da Agricultura anunciou a destinação de Cr\$ 1,5 bilhão para pecuaristas de oito Estados adquirirem ração. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, disse em Brasília que o problema da seca tem que ser resolvido fora da seca. O arcebispo de Fortaleza, dom Aloisio Lorscheider, em mensagem radiofônica segunda-feira à noite, disse que os flagelados, ao saquearem, não devem ser considerados como ladrões: “estão agindo em situação de extrema necessidade” e os saques estão se tornando um “legítimo direito”. Dom Paulo Evaristo Arns apoia dom Aluísio e iniciou uma campanha para arrecadar fundos para o Nordeste. Em Brasília, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-ackel, afirmou desconhecer qualquer infiltração de agitadores entre os flagelados. Em Fortaleza, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, disse que não quer mais falar sobre o assunto. Em Maceió, o ex-líder estudantil Wladimir Palmeira considerou absurda a acusação de que estaria liderando saques de flagelados no Ceará. (Página 12 e editorial). (Grifos nossos).

A matéria constante na página 12 daquela edição endossava com maiores detalhes o editorial acima. Dizia ela que

A SECA TEM MAIS INVASÕES E SAQUES E AMEAÇA CHEGAR AO MARANHÃO

João Pessoa – Aos gritos de “estamos com fome, queremos comer”, 5 mil pessoas invadiram a cidade de Bonito de Santa Fé, na divisa da Paraíba com Ceará, provavelmente um quebra-quebra, houve tiroteio e o prefeito Tirbutino Almeida teve que sair correndo para Capital, onde contou o fato às autoridades. Segundo ele, muito dos invasores famintos vinham do Ceará. Ninguém se feriu. Nas proximidades de Uiraúna, no alto sertão, a situação também é de desespero. Em sítios próximos à cidade, as reses que morrem de fome são esquartejadas pelos flagelados, que, sem terem o que comer, se alimentam de carne podre. Essa denúncia foi feita por prefeitos e vereadores do interior que ontem estiveram em João Pessoa para expor a situação ao Governador do Estado. Insustentável. A invasão à cidade de Bonito de Santa Fé foi narrada pelo prefeito pelo prefeito Tiburtino Almeida ao deputado estadual José Lacerda Neto, que a transmiti-o aos jornalistas. Segundo o deputado, o Prefeito está desesperado, temendo novos saques. O próprio Prefeito teve que correr para João Pessoa, porque foi ameaçado, uma vez que não tinha condições de alimentar as 5 mil pessoas. Em Riacho dos Cavalos, aproximadamente 300 homens invadiram a cidade, reclamando contra a EMATER que tinha atrasado o pagamento do pessoal alistado nas frentes de emergência. Na cidade de Catolé do Rocha a situação também é crítica, conforme relato dos 32 prefeitos e vereadores da área que estiveram ontem nesta Capital. Ibiara, Conceição e São José de Piranhas foram outras três cidades invadidas pelos flagelados.

Vemos que os municípios de Bonito de Santa Fé, Uiraúna, Riacho dos Cavalos, Catolé do Rocha, Ibiara, Conceição e São José de Piranhas viveram ações de resistência camponesa por meio dos saques. No próximo tópico observaremos as especificidades das condições de possibilidades vividas pelos homens e mulheres do campo no município de São João do Cariri no decorrer desses longos cinco anos de “seca”.

4 “SECA”, OLIGARQUIAS E FRENTES DE EMERGÊNCIA EM SÃO JOÃO DO CARIRI (1979-1983)

O município de São João do Cariri, na década de 1980, tinha uma população estimada de 7.777 habitantes, sendo 3.756 homens e 4.021 mulheres (IBGE, 1980), tendo um eleitorado de 5.219 pessoas.

Durante os cinco anos dessa estiagem, o município teve como prefeito José Jorge da Silva (ARENA), que era ligado politicamente ao grupo Gaudêncio, com um mandato que foi de 1977 a 1982, e José Gomes Ferreira – Josete (PDS), que era filiado ao grupo político da família Brito, com mandato que durou de 1983 a 1988. Ao longo dessa longa “seca”, o município teve como juiz da comarca o bacharel Osvaldo Duda Ferreira (1972/1984).

Como foi dito anteriormente, a estrutura fundiária do Nordeste é um problema que se arrasta desde a ocupação do Brasil e no município de São João do Cariri não é diferente. Maracajá (2007, p. 32) observa que vários estudos apontam que continuam crescendo as áreas com médias e grandes propriedades naquele município, enquanto que as pequenas propriedades diminuem ano após ano. Ainda de acordo com esse autor, os grandes estabelecimentos agrários dali estão para uma pequena parcela da população, ou seja, a maioria daquelas terras está nas mãos de poucos proprietários, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 05 - Distribuição do número de imóveis rurais por área para o município de São João do Cariri

| TAMANHO DA ÁREA (HA) | NÚMERO DE IMÓVEIS | ÁREA TOTAL (HA) |
|---|-------------------|-------------------|
| Minifúndio (inferior a 55 ha) | 360 | 6.943,986 |
| Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha) | 124 | 14.385,732 |
| Média propriedade (entre 220 e 825 ha) | 74 | 3.804,484 |
| Grande propriedade (superior a 825 ha) | 26 | 35.532,880 |
| TOTAL | 584 | 60.667,082 |

FONTE: INCRA, 2017.

Pelo posto acima, podemos notar a grande desigualdade no tocante ao acesso a terra em São João do Cariri, onde os minifúndios e as pequenas propriedades (até 220 hectares) eram em número expressivo (484) e as médias e grandes propriedades (acima de 220 hectares) eram em número reduzido (100). Apesar dos dados apresentados no quadro serem de 2017, essa realidade já se mostrava assim entre os anos de 1979 a 1983, recorte temporal de nossa pesquisa.

Ao analisarmos a estrutura fundiária desse município, observamos que as médias e grandes propriedades estavam e ainda permanecem no poder das famílias tidas como tradicionais, ou seja, das oligarquias rurais que as receberam por heranças e que foram ampliando-as por meio da compra com o passar do tempo.

Dentro desse contexto, ressaltamos que esses grandes proprietários de terra do município estavam ligados direta ou indiretamente com a política local. Nesse sentido, cabe destacar o papel de uma instituição ligada ao governo do Estado, cujo objetivo dizia ser o de buscar promover o desenvolvimento rural do campo paraibano: a EMATER. Em entrevista realizada com Ana Cantalice da Costa, 78 anos⁶¹, a mesma destacou que, essa repartição tinha o seguinte papel:

Ela trabalhava muito com o homem do campo, aqui no escritório a força de pessoal era um técnico agrícola, um veterinário e um agrônomo. Nem todo tempo tinha os três, mais sempre tinha. Essa força de três: o veterinário cuidava do rebanho que era grande mais morreu mais naquelas secas grandes, que morreu quase o gado todo. E nos projetos que eles elaboravam que eles elaboravam projetos de financiamento, que era o agrícola de crédito, onde a EMATER trabalhou mais nessa parte de empréstimos para o homem do campo sendo na agricultura e pecuária.

Contudo, identificamos que a EMATER estava muito mais a serviço dos grandes proprietários do que dos pequenos agricultores familiares do município de São João do Cariri. Essa constatação se torna evidente quando a depoente descreveu quem tinha direito aos empréstimos emitidos ali. Vejamos:

Todos tinham direito mais era feito levantamento na propriedade, se ele tem uma propriedade muito pequena ele não pode receber recursos de uma propriedade maior, aqui no município fizemos projetos para o genro de Lúcia de Seu Ademar, Seu Zé Cabral, era Chico Cabral, pra seu Ademar também, pra propriedade de seu Adeval Moraes, aqui em Dr. Zé Gaudêncio, pra essas propriedades maiores.

Pelo relato oral de memória acima, identificamos que os nomes citados são os dos donos das maiores propriedades do município entre os anos 1979 a 1983, que, ao mesmo tempo, estavam ligados à política local e estadual. Por exemplo: José Gaudêncio tinha toda a família ligada à política; e Ademar Moraes havia exercido o cargo de prefeito entre 1964 e 1968. Logo, ambos tinham influência política no município e, muito possivelmente, também nas *Frentes de Emergência* que foram

⁶¹ Auxiliar de finanças aposentada da EMATER, exercendo essa função entre 1967 a 1998. Entrevista concedida ao autor em 16 de outubro de 2018.

realizadas nesses grandes latifúndios com mão de obra muitas vezes indicada por eles mesmos. Assim, notamos que a EMATER tinha um discurso de ajudar o pequeno produtor, porém os verdadeiros beneficiados eram os grandes fazendeiros e os políticos locais. Importante destacar que, de acordo com as palavras de Ana Cantalice, os técnicos da EMATER vindos de outras localidades seguiam as suas orientações, uma vez que confiavam muito nela em razão de conhecer as pessoas do município. Logo, entendemos que essa funcionária pública exerceu um papel de significativa importância no que diz respeito ao acesso dos camponeses às políticas públicas efetivadas por meio dessa repartição.

Entrevistamos também o ex-vereador do município Antônio Ribeiro de Queiroz⁶², 82 anos, e indagamos ao mesmo, bem como a Ana Cantalice, se a política local da época interferia na escolha dos beneficiados a se alistarem nas *Frentes de Emergência*. Os dois entrevistados foram incisivos em responderem que não, entretendo identificamos que ambos eram aliados respectivamente das duas oligarquias da época: a auxiliar Ana era ligada ao grupo dos Brito; e o ex-vereador Antônio ao dos Gaudêncio.

A depoente Ana Cantalice nos falou que não havia interferência do político local em suas ações dentro da EMATER, todavia identificamos que a mesma era irmã de Mauricio Pereira da Silva, que foi vereador de 1972 a 1976 (ARENA), disputando a prefeitura nas eleições de 1976 (ARENA 2), mas foi derrotado por José Jorge da Silva (ARENA 1). Já em 1988, como candidato único ao cargo, foi eleito prefeito desse município (PMDB). Sendo assim, percebemos que aquela funcionária tinha forte ligação com seu irmão que era liderança política local e que, por sua vez, estava alinhado com a família Brito⁶³.

Já o entrevistado Antônio Ribeiro tinha uma forte vinculação política com a oligarquia Gaudêncio no município de São João do Cariri, sendo eleito vereador municipal por três mandatos consecutivos: o primeiro pelo PDS (1982-1988), sendo o vereador mais votado (333 votos); o segundo mandato pelo PL (1988-1992), sendo o vereador mais votado (340 votos); e o terceiro pelo PFL (1992-1996), sendo o segundo vereador mais votado (347 votos). Quando perguntamos quem era o

⁶² Entrevista concedida ao autor em 14 de novembro de 2018.

⁶³ Também identificamos que Ana Cantalice era prima de Apolônio Cantalice de Queiroz, que foi candidato a vereador em 1976, pela ARENA, obtendo 139 votos e ficando como primeiro suplente, chegando a assumir a vereança. Já nas eleições de 1982, ele foi candidato pelo PDS e obteve 137 votos, ficando mais uma vez na suplência. Cf. TER-PB.

líder regional de seu partido, entre 1979 a 1983, o mesmo afirmou que “Álvaro Neto quem era o líder, que era presidente em Campina Grande”⁶⁴. Muito possivelmente o vereador lutava pelos interesses da oligarquia Gaudêncio, a qual pertencia o político citado por ele.

Quando dos períodos de estiagens as Frentes de Emergência no Nordeste e especificamente em São João do Cariri eram muito desejadas tanto pelos grupos políticos no poder como pelas famílias camponesas. Os primeiros por que viam nelas a grande possibilidade de fortalecer seu poder econômico e político e os segundos porque sabiam que elas eram a única fonte de renda possível. Esse quadro ganhou intensidade entre 1979 e 1983, pois, como vimos anteriormente, foi o tempo da maior “seca” do século XX. Então, seguindo a regra dos demais políticos que se encontravam no poder na Paraíba, o prefeito de São João do Cariri imediatamente passou a cobrar uma Frente de Emergência para o seu município, como nos relatou a então auxiliar de finanças da EMATER, Ana Cantalice. Vejamos:

Eu me lembro de muito bem no tempo de seu Zé Jorge, ai ele já falava com o deputado dele, na época era Dr. Manoel Gaudêncio, lembro muito bem que a gente fazia o alistamento e muitas vezes a determinação era de não fazer aqui na sede, saíamos nas propriedades. Saímos nas propriedades, nós saímos pra Santa Clara, Malhada da Roça (...).

Uma vez conseguida a *Frente de Emergência*, esses mesmos políticos, por meio da EMATER, davam início ao alistamento de pessoas naquele município que tinham por base critérios partidários para escolherem os camponeses a trabalharem nelas. A depoente diz que os funcionários da EMATER saia nas propriedades alistando as pessoas, logo a de se entender que essas propriedades eram as das elites agrárias vinculadas a oligarquia que se encontrava no poder (Gaudêncio), cujos interesses eram os de alistar pessoas ligadas a ela, para, assim, conseguir votos nas eleições seguintes.

⁶⁴ Álvaro Gaudêncio Neto, nascido em 23 de fevereiro de 1957, é filho de José Lucas Gaudêncio e Teresinha de Jesus Nóbrega Gaudêncio, é de uma família de políticos: seu avô, Álvaro Gaudêncio de Queiroz, foi deputado federal durante 20 anos; os tios, Álvaro Gaudêncio Filho e Manoel Gaudêncio, também foram deputados - o primeiro atuou na Câmara dos Deputados entre 1971 e 1987, e o segundo exerceu três mandatos na Assembleia Legislativa. Seu tio-avô José Gaudêncio Correia de Queirós foi senador e deputado federal e seu primo Bruno Gaudêncio foi vereador e também deputado estadual nos anos 90. Em 1976, com 19 anos, Álvaro Neto lançou sua candidatura a vereador pela ARENA em Campina Grande, sendo eleito em terceiro lugar com 2.327 votos. Em 1980, com a eliminação do bipartidarismo, filiou-se ao PDS. Neste ano, com a suspensão das eleições para que houvesse a coincidência de mandato entre os legisladores, continuou por mais dois anos na Câmara Municipal. Reeleito em 1982, com 1.873 votos, sendo o quinto candidato mais votado. Cf. TRE-PB.

A realidade de miséria do município era a mesma vivida no restante do Estado, sobretudo em razão dos números de vagas serem insuficientes para atender toda a população necessitada e também pelo critério político terminar por definir àqueles que seriam alistados nas Frentes. Contudo, a depoente acima também nos disse que eram comuns os conflitos entre os camponeses e os funcionários da EMATER, pois eles se revoltavam por não haver número de vagas suficientes para todos e também entendiam que essa repartição pública era a única responsável pelo cadastramento das famílias que ainda não estavam vinculadas ao programa. Sobre isso, cabe apresentar um trecho da entrevista com Ana Cantalice em que percebemos a ocasião da chegada de vagas por meio do deputado Manoel Gaudêncio, a interferência direta do então prefeito José Jorge no alistamento de camponeses nelas e o embate travado por estes trabalhadores na busca por tais vagas. Diz ela que

Chegaram umas vagas, que foi o deputado Manoel Gaudêncio que conseguiu pra Seu Zé Jorge. Ele entregava aquelas vagas a Seu Zé Jorge, mais as vagas eram tão poucas e o povo era tanto que eles preferiram que realmente era o certo que a EMATER fizesse o alistamento, que a EMATER já sabia que na propriedade Poço de Pedra precisava mais tantas vagas, ou mais ou menos, tá bem, passava pra outra que tinha menos vagas, a gente sempre procurava conciliar isso aí. Então vieram falar com Seu Zé Jorge e o povo esperou por Seu Zé Jorge que chegasse, pra doar aquelas vagas, eu estava começando naquela época, aí o técnico ia viajar, aí já estava havendo confusão na prefeitura por conta dessas vagas, aí um queria, outro queria, lá com o menino da prefeitura mesmo, aí o menino da EMATER ia sair, aí eu disse ao menino “Mais vocês vão me deixar aqui amanhã, com esse alistamento, esse pequeno alistamento que vai haver e eu tô vendo que vai ter muita gente”. Aí eu disse “Como é?”. Aí ele disse “A senhora pode ficar, cadê o memorando?” Foi buscar o memorado, aí ele disse “Pronto, Dona Ana, de manhã, quando a senhora chegar, coloque logo o memorando aqui em cima do birô.” Eu coloquei o memorando “e a senhora só vai da essa explicação.” Aí pronto, quarenta e poucas vagas, aí a gente ia pra propriedade e ia ver quem tinha ficado sem se alistar, às vezes uma casa com várias pessoas só ter se alistado, uma pessoa da casa, porque não teve vaga suficiente pra colocar mais uma vaga pra aquela família grande, né? Aí quando Seu Zé Jorge chegou que viu aquela quantidade de gente e disse “O que é isso, minha gente?” Aí ele disse assim “Olhe, vamos pra EMATER.” Até que eles diziam “Eu quero ver se agora eles não alistam agente!” Mais não era isso, eles não compreendiam bem isso. Aí, aí quando chegou ele disse “Dona Ana”, aí eu disse que o técnico tinha viajado e aí ele perguntou “Como é esse alistamento que tem aqui?” Eu disse “Seu Zé Jorge, não é alistamento, é uma complementação de vagas pra aquelas propriedades para onde tem aquelas frentes de trabalho que há mais necessidade que foram menos beneficiadas.” Aí um pede, outro pede a ele, aí ele disse “Minha gente, essa mulher é uma funcionária como eu sou também, o que ela disser pode-se escrever.” Aí eu disse “Esse alistamento vai ser marcado, Seu Zé, não é aqui, nós vamos nas propriedades que nós temos os cadastros de todas as propriedades, as frentes de trabalho, nós vamos nas frentes de trabalho. Aquele pai de

família que só se alistou ele tem outro menino, até que eu alistei menino, até mais novo, mais eu comunicava ao coordenador. Aí eu digo, é muito sacrifício, família grande, não tinha a idade certa pra se alistar, mais eu fazia isso pra ajudar. Pronto, a gente terminava, fazia o alistamento e completava aquelas vagas.

Durante o recorte temporal de nosso estudo, entre os anos de 1979 a 1983, não identificamos nenhuma grande obra construída pelas *Frentes de Emergência* em São João do Cariri, mais sim a construção de barragens e pequenos barreiros, o plantio de palma, a construção de cercas e a realização de brocas⁶⁵ em propriedades particulares. Identificamos duas barragens construídas em 1980, para o uso de toda a população: uma próxima à sede do município; e outra na comunidade de Poço das Pedras.

O camponês aposentado José Anísio filho, 70 anos, residente na comunidade de Poço das Pedras, nos disse que trabalhou na construção dessa última barragem. Segundo o depoente,

A gente trabalhava de oito da manhã até meio dia e de uma hora até as cinco. Vinham as feiras, era bom. Meu serviço não era muito pesado, eu era mais velho, mais os que trabalhavam nas carroças e batendo com um pau no balde, socando a terra, era pesado. Feliz daquele que arrumasse a emergência porque se não tinha que ir embora pra o Rio ou São Paulo.⁶⁶

Uma questão que é importante observarmos no município em estudo naquele período é a do êxodo rural, uma migração que pode ser compreendida como uma forma de resistência dos camponeses frente às condições que lhes eram impostas pelo Estado e seus agentes. Essa situação se verificava quando o camponês não conseguia se alistar nos Fretes de Emergência, restando, portanto, viajar para outras cidades para fugir das “secas” e buscar meios de sobreviver.

As formas de resistências do homem e da mulher do campo eram várias. O chefe da família era quem se alistava nas *Frentes de Emergência*, porém ele sempre procurava colocar um filho ou parente para ir trabalhar em seu lugar, enquanto ele e sua esposa tentavam complementar a renda da família de outra forma. De acordo com Ana Cantalice, naquela época,

⁶⁵ A broca é o nome dado a prática de desmatamento (corte) de uma determinada área com o objetivo de preparar o local para o plantio.

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor 17 de setembro de 2018.

Muitas vezes os meninos não podiam nem ir à aula, botava logo o menino pra trabalhar. Tinham pais que estavam alistados nas frentes de trabalho mais colocavam logo o filho pra trabalhar pra ele poder fazer aquelas empreitadzinhas, lá com aqueles patrões deles que de toda maneira já ajudava.

O relato acima revela o quanto era difícil para as crianças e adolescentes do sexo masculino que não tinham acesso aos estudos escolares em razão de terem que trabalhar nas *Frentes de Emergência*, enquanto seus pais e mães buscavam outras formas de ganho para sobreviverem, possivelmente a partir das relações de trabalho que mantinham, enquanto moradores ou trabalhadores, com os fazendeiros proprietários dos grandes latifúndios daquele município. Essa experiência pode ser identificada no relato oral de memória do senhor Virgílio Bezerra, 56 anos, também morador do sítio Poço das Pedras, onde o mesmo nos disse que ele e seu irmão Manoel (quando crianças) saíam para trabalhar na fazenda Maracajá que pertencia aos Moraes. Segundo ele, na década de 80, “Saia eu e Mané tangendo um jumento daqui lá pra os Moraes pra poder trabalhar na emergência. O trabalho era pesado, eu como era menor só tangia o jumento e o outro cultivava a terra pra plantara a palma.”⁶⁷

Cabe destacar que essa fazenda pertencia a Ademar Batista de Moraes, um dos maiores latifúndios do município e onde se encontravam presentes as *Frentes de Emergência* ao longo da grande “seca” de 1979-1983. Esse fazendeiro havia sido prefeito do município entre os anos de 1964 e 1968⁶⁸, e um dos seus filhos, Hermano Coutinho de Moraes (representante dos Gaudêncio), disputou a prefeitura do município em 1982, pelo PSD, porém não logrando êxito⁶⁹.

Como vimos anteriormente, foi significativo o número de denúncias noticiadas no jornal *Diário da Borborema* sobre as irregularidades nas Frentes de Emergência em toda a Paraíba, entre 1979 a 1983, e em São João do Cariri não foi diferente. A própria funcionária da EMATER nos disse que “Havia também denúncias, (...) por que havia a necessidade de vagas para umas cem pessoas, aí só vinham 50 vagas.

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor 25 de setembro de 2018.

⁶⁸ Em 11/08/1963, realizaram-se eleições para prefeito, vice-prefeito e vereador em 75 municípios do Estado. Em São João do Cariri, Ademar Batista de Moraes venceu o pleito com 1.247 votos frente ao seu opositor Alfredo Gaudêncio de Queiroz que obteve 1.183 votos. Cf. TER-PB.

⁶⁹ Em 15/11/1982, realizaram-se eleições municipais para prefeito, vice-prefeito e vereadores em todos os municípios do Estado com exceção da capital, João Pessoa. Em São João do Cariri, Hermano José Coutinho de Moraes saiu candidato (PDS 2), mas obteve apenas 1.682 votos que não foram suficientes para vencer o seu opositor José Gomes Ferreira - Josete (PDS 1), que obteve 1.850 sufrágios. Cf. TER-PB.

Aí tinha que controlar, tinha que dividir e era nessa divisão que eles diziam que a gente botava por cara e não por necessidade.” Em nossas entrevistas pudemos identificar algumas dessas irregularidades, como a de um cidadão que estava preso na cidade de Serra Branca, mas recebia o benefício. Vejamos o depoimento da funcionária da EMATER Ana Cantalice:

Teve uma pessoa que estava presa em Serra Branca, mas eu mandava a folha dele, ele assinava ela lá e o trabalhador que tava lá no lugar dele não podia ser alistado, quem podia era ele. Mas, o pai dele veio falar comigo e disse “Dona Ana, meu filho fez uma besteira aí e tá preso, o moleque é quem trabalha e faz tudo lá”. Lá tinha uma frentezinha também lá pra atender lá, pra não ficar muito longe pra ele sair de casa pra ir trabalhar, além de tudo trabalhar tão distante por um salário tão pequeno. Quando chegava o pagamento eu preparava a folha de pagamento, então eu dava a folha e a esponja e ele ia em Serra Branca, por que ele era preso em Serra Branca. Eu sempre mandava ele [Seu Zé Félix] vir no outro dia que tinha pouca gente, o técnico quem fazia o pagamento, eles nem procuravam nem saber muito de onde eram.

Possivelmente a servidora técnica da EMATER mantinha uma relação de amizade com o pai do camponês que se encontrava preso, pois essa sua condição o impedia de ser alistado, devendo a sua vaga ser repassada para outra pessoa. Contudo, o depoimento acima mostra que aquela funcionária facilitava a situação para alguém que provavelmente estava alinhado com os interesses políticos locais aos quais ela também servia.

Essa servidora pública nos relatou que o vereador Antônio Generino⁷⁰ chegou a denunciá-la junto à Secretaria Regional da EMATER em Campina Grande, sob a acusação de que a mesma havia alistado seu filho que morava e estudava em João Pessoa em uma Frente de Emergência. De acordo com as suas palavras,

Eu fui denunciada uma vez por aquele menino metido a vereador Antônio Generino, ele denunciou querendo ser mais. Veio um técnico apurar mais não tinha nada, tinham as pessoas da política dele querendo colocar os deles, aí foram dizer que meu filho Gilcivan, tava em João Pessoa nesse tempo, estudava lá. A denúncia dizia que a secretária colocou o filho dela Gilcivan na frente de trabalho. Eu disse “Quem trabalha na minha família era Gleicivan, meu outro filho” e eu tinha direito porque só quem era funcionaria era eu.

Pelo relato oral de memória da depoente se é possível perceber que de um lado o vereador Antônio Generino, que era ligado aos Gaudêncio, denunciava a

⁷⁰ Antonio Ribeiro de Queiroz (PDS) foi eleito o vereador mais votado em 1982, com 333 votos. Cf. TER-PB.

auxiliar por inscrever o seu filho na Frente de Emergência e que do outro lado a auxiliar da EMATER, que tinha ligação com os Brito, acusa o vereador por querer colocar as pessoas indicadas pelo grupo político dele naquelas vagas. Assim, podemos notar que o período de 1979 a 1983, foi de disputas entre os políticos locais por essas frentes de trabalhos, onde a população do campo ficava no meio dessa briga e era a que menos se beneficiava.

As brigas políticas e denúncias de irregularidades nas *Frentes de Emergência* eram as mais diversas possíveis durante aqueles anos. Como vimos anteriormente, no momento final daquele tempo de estiagens, a grande novidade nas *Frentes de Emergência* foi a modificação na forma de pagamento, quando então parte do salário passou a ser substituído por uma cesta básica. Sobre os fatos transcorridos na distribuição deste item, o ex-vereador Antônio Ribeiro de Queiroz nos relatou que chegou a realizar denúncia junto ao delegado local. Vejamos:

Veio umas feiras e foi preciso eu denunciar ao delegado eu não sei qual foi o ano, o delegado era amigo demais meu, ele era do lado da gente, era antes de Benvenuto, eu me lembro o nome dele que pedi pra os Gaudêncio segurar ele duas vezes no tempo de Manoel Gaudêncio.

Notemos a força da família Gaudêncio a nível estadual, onde o vereador pede ao deputado para segurar o delegado de polícia daquele município, que desempenhava suas funções em consonância com os ditames dessa oligarquia local, como o ex-vereador descreve em seu depoimento.

Apesar de Ana Cantalice e Antônio Ribeiro inicialmente nos dizerem que não havia interferência política no alistamento das famílias nas *Frentes de Emergência* e na distribuição das cestas básicas, no decorrer das nossas conversas eles terminaram deixando escapar o quanto essas políticas públicas eram alvo das disputas políticas locais. Ainda sobre o caso da distribuição das cestas básicas, o ex-vereador Antônio declarou que pessoas ligadas aos Brito saíam procurando moradores do município ligados ao seu grupo para a entregarem aqueles gêneros alimentícios. Disse ele que

O povo da minha região, desse pessoal do sítio, querendo saber e eu perguntei ao delegado, ai ele disse “Vou procurar saber”. Ele meio bruto, chamou a direção da EMATER pra poder me dizer, ai ele dizia Antônio é tal dia. Eu corria pelos mares em todo canto pra eles virem receber. A fila ia daqui até lá em Zinzim. Eles colocaram o povo deles pra dentro e os da gente ficou do lado de fora, ai corri no delegado e disse “Dr. só tão

colocando gente daqui, da gente não, só quem tem fome é o povo do lado de lá?”

Notamos que o depoente usava de sua condição de ser vereador para descobrir quando seriam as entregas das feiras, para que, assim, pudesse avisar aos agricultores que, em retribuição, muitas vezes votavam dele. Ou seja, o mesmo também usava das *Frentes de Emergência* para assegurar o seu cargo de vereador.

Assim, observamos que durante o período de estiagens ocorrido entre 1979 e 1983, as oligarquias locais (Gaudêncio e Brito) do município de São João do Cariri-PB fizeram uso das políticas públicas (*Frentes de Emergência*) destinadas aos povos camponeses pobres em benefício próprio. Todavia, esse processo de relações de poder não ocorreu sem que esses homens e mulheres do campo efetivassem suas RESISTÊNCIAS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar a “seca” no Nordeste, na Paraíba e especificamente no município de São João do Cariri-PB, fazendo um recorte temporal entre os anos de 1979 a 1983, trazendo uma discussão sobre o fenômeno climático da “seca”, onde tratamos do paradigma de combate à “seca” no Semiárido brasileiro. Apresentamos a estrutura agrária do latifúndio, o sofrimento do homem e mulher do campo com as irregularidades de chuvas e quais eram as políticas públicas para essa parcela da população, onde os recursos destinados para a ajuda desses flagelados sempre ficavam nas mãos das poucas pessoas que faziam parte das oligarquias locais. Em São João do Cariri, como visto na pesquisa empírica, não era diferente, onde as *Frentes de Emergência*, por exemplo, eram usadas como “moeda de troca” para a manutenção do domínio dessas oligarquias. No nosso primeiro capítulo concluímos que a “seca” era um fenômeno natural que foi muito usado pelos coronéis da Paraíba e de todo o Nordeste.

No segundo capítulo falamos das *Frentes de Emergência*, que vigoraram no período 1979-1983, e seus desdobramentos em todo o estado da Paraíba, usando como principal referência o jornal *Diário da Borborema*, onde o mesmo apresenta significativos indícios das brigas de políticos reivindicando as *Frentes de Emergência*; expressivas pistas do grande número de irregularidades que existiam quando da aplicabilidade desse programa; e emblemáticos sinais da resistência do homem e mulher do campo que denunciava a esse meio de comunicação os desmandos das oligarquias locais. Notamos que os programas de combate à “seca” foram surgindo gradativamente, após a criação de órgãos específicos para tratar desse “problema” que ganhou repercussão nacional, onde era motivo de brigas das oligarquias locais, não por uma melhor qualidade de vida para o povo do campo, mais sim usando a “seca” para se manterem no poder. Nesse particular, cabe destacar o papel desempenhado pela EMATER, órgão estadual que esteve a serviço das oligarquias no sentido de buscar controlar o povo camponês no contexto da chamada “indústria da seca”. Concluímos que essa realidade se alastrava por toda a Paraíba.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos a “seca”, as oligarquias, as *Frentes de Emergência* e suas irregularidades em São João do Cariri-PB, sobretudo a partir dos relatos orais de memória de políticos locais, pessoas do campo e uma funcionária

aposentada da EMATER daquele município. Após o cruzamento de nossas fontes, podemos concluir que, durante a “seca” de 1979-1983, as oligarquias locais (Brito e Gaudêncio) fizeram uso da máquina pública em benefício próprio, uma vez que as *Frentes de Emergência* foram utilizadas como uma das ferramentas para essas famílias manterem no controle do poder naquele município. Assim, as oligarquias locais usaram a “seca”, um fenômeno climático natural, para se legitimarem no comando político local.

É importante lembrar que as dificuldades econômicas dos camponeses de São João do Cariri eram grandes, fazendo com que as *Frentes de Emergência* fossem a única fonte de renda dessa parcela da população e quando não se conseguia o acesso a esse programa, uma das formas de resistir era migrar para outra cidade a procura de emprego e de melhoria de vida, o que nem sempre era alcançado. Denúncias das irregularidades nas *Frentes de Emergência* e saques em feiras e comércios também foram outras formas de resistências empreendidas pelos camponeses expropriados pelo Estado capitalista de então.

REFERÊNCIAS

ATLAS GEOGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA. João Pessoa, Graff-Set, 1965.

ABREU, Aloysio Ferraz de **O Desastre Seca X Políticas Públicas**. O Semi-árido Paraibano: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2004.

BRASIL. **A seca nordestina de 79-80**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1983.

BRASIL. **Caráter e efeitos da seca nordestina de 1970**. Recife: SUDENE, 1973.

BRITO, José de Farias. **Pedaços da História de São João do Cariri**. São João do Cariri, 1989.

BURSZTIN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos, 2004.

CARDOSO, José Romero Araújo. **A seca de 1979 – 1983**. Tema: Seca no Nordeste brasileiro. (Blog). 2008.

CARVALHO, José Otamar. **O Nordeste semi-árido: questões de economia política e de política econômica**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1985.

COSTA, José Jonas Duarte da. Seca, pobreza e desertificação na Paraíba. **Saeculum – Revista de História**, nº 8/9, jan/dez. 2003.

DUARTE, Renato. **Do desastre natural à calamidade pública**: a seca de 1998-1999. Recife: Fundaj, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GURJÃO, Eliete de Queiroz Gurjão. **Morte e vida das oligarquias**. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

IBGE, **Censo Demográfico de 1980**. Dados Distritais. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

KHAN, Ahmad Saeed; CAMPOS, R.T. **Efeito das secas no setor agrícola do Nordeste**. (Estudo Especial), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

MARACAJÁ, Napoleão de Farias. **Vulnerabilidades**: a construção social da desertificação no município de São João do Cariri/PB. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2007.

MINAYO, M.C. de S. [et al] (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 2.ed. Rio de Janeiro: vozes, 1994.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos Cariris Velhos da Paraíba (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3ª Ed., São Paulo: Contexto, 2001.

MOURA, Milton. **O Genocídio do Nordeste 1979-1983**. São Paulo: CPT, 1988.

PROJETO ÁRIDAS. **Nordeste**: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1998.

SABINO, Sylvia Thereza Bené de Oliveira. **Programas emergenciais de combate aos efeitos da seca no Nordeste**: o que mudou da década de 90? Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste). Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, 2002.

SANTOS, J.O. **A seca de 1970 em Salgadinho PB**. Monografia (Graduação em Licenciatura em História). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande, 2015.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de Poder, Fragmentação e Gestão do Território no Semi-Árido Nordestino**. Um olhar sobre o Cariri Paraibano. Tese (Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, 2006.

SILVA, Renan de Oliveira. **Programa de emergência para o combate aos efeitos da seca no interior da Paraíba (1979-1983)**: falas de salvação e exclusão. Monografia (Graduação em Licenciatura em História). Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Campina Grande, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Traduzido por Rosaura Eicheberg. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “Prefácio”. In: **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, Bartolomeu Israel de; SILVA, Anieres Barbosa da. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino

brasileiro. **Revista OKARA**: Geografia em debate, v.7, n.1. João Pessoa, DGEOC/CCEN/UFPB. 2013, p. 147-164.

VILA, M. A. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2001.

DOCUMENTOS

Decreto Nº 74.794, de 30 de outubro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE).

Decreto Nº 78.299, de 23 de Agosto de 1976. Dispõe sobre a criação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo).

SITES

<http://www.1gec.eb.mil.br/>

<http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>

www.infoescola.com/geografia/industria-da-seca

APÊNDICES

QUADRO – PREFEITOS DA PARAÍBA ELEITOS EM 1976

| | MUNICIPIO | PREFEITO | PARTIDO |
|----|------------------------|-------------------------------|---------|
| 01 | Agua Branca | José Firmino de Oliveira | ARENA 1 |
| 02 | Aguiar | Lourival Lacerda Leite | ARENA |
| 03 | Alagoa Grande | João Bosco Carneiro | ARENA 1 |
| 04 | Alagoa Nova | Alípio Bezerra de Melo | ARENA |
| 05 | Alagoinha | Marias das Dores Lira | MDB |
| 06 | Alhandra | Lídia Ferreira da Silva | ARENA |
| 07 | Antenor Navarro | José Dantas Pinheiro | ARENA 2 |
| 08 | Araçagi | Antônio Azevedo Felix | MDB |
| 09 | Arara | José Medeiros Santos | MDB1 |
| 10 | Araruna | Wilma Targino Maranhão | MDB |
| 11 | Areia | Juvenal Espinola Filho | MDB2 |
| 12 | Areial | Francisco Apolônio | ARENA |
| 13 | Aroeiras | Fernando Pedro | ARENA 1 |
| 14 | Baia da Traição | Sebastião Francisco da Silva | ARENA |
| 15 | Bananeiras | José Francisco Almeida | ARENA 1 |
| 16 | Barra de Santa Rosa | José Luís Neto | ARENA |
| 17 | Barra de São Miguel | Pedro Pinto Costa | ARENA 2 |
| 18 | Bayeux | Severino Ferreira Melo | MDB 2 |
| 19 | Belém | Wellington Guedes de Carvalho | MDB |
| 20 | Belém do Brejo do Cruz | Plínio Forte Maia | ARENA 1 |
| 21 | Boa Ventura | Jorge de Farias Queiroz | ARENA |
| 22 | Bom Jesus | José Gonsalves Moreira | ARENA |
| 23 | Bonito de Santa Fé | Tirbutino de Almeida | ARENA 1 |
| 24 | Bonsucesso | Raimundo Nobrega Abrantes | ARENA |
| 25 | Boqueirão | Carlos Dunga | ARENA 3 |
| 26 | Boqueirão dos Cochos | Olívio Assis Bandeira | ARENA 1 |
| 27 | Borborema | José Florêncio de Lima | ARENA |
| 28 | Brejo do Cruz | Jose Fernandez De Alencar | ARENA 1 |
| 29 | Brejo dos Santos | Livaldino Vieira Da Silva | ARENA 2 |
| 30 | Caaporã | José Pereira Filho | ARENA |
| 31 | Cabeceiras | Edson Cavalcante de Farias | ARENA |
| 32 | Cabedelo | Francisco Figueiredo De Lima | MDB1 |
| 33 | Cachoeiras dos Índios | José de Souza Bandeira | ARENA 1 |
| 34 | Cacimba de Areia | José Ferreira Campos | ARENA 2 |
| 35 | Cacimba de Dentro | Antônio Gomes de Sousa | MDB |
| 36 | Caiçara | Antônio Alves Sobrinho | MDB |
| 37 | Cajazeiras | Francisco Matias Rolin | ARENA 3 |
| 38 | Caldas Brandão | José Alípio de Santana | MDB 1 |
| 39 | Camalaú | José Chaves Firmino | ARENA |
| 40 | Campina Grande | Enivaldo Ribeiro | ARENA 1 |
| 41 | Carrapateira | José Cavalcante | ARENA 1 |
| 42 | Catingueira | Antônio Crisanto Dantas | ARENA |
| 43 | Catolé do Rocha | Manoel Abrantes Nobre | ARENA |
| 44 | Conceição | Venceslau Alves Neto | ARENA |
| 45 | Condado | Antônio Machado Oliveira | MDB 2 |
| 46 | Conde | Aluísio Vinagre Regis | ARENA |
| 47 | Congo | Braz Fernandes De Oliveira | ARENA 1 |
| 48 | Coremas | Lucrenato Ramalho Leite | ARENA 1 |
| 49 | Cruz do Espírito Santo | Antônio Carneiro C Neto | ARENA |
| 50 | Cubati | José Medeiros Dantas | ARENA |
| 51 | Cuité | Antônio Medeiros Dantas | ARENA |
| 52 | Cuitegi | Ivo Tomaz dos Santos | MDB1 |
| 53 | Curral Velho | Antônio Gomes de Carvalho | ARENA |

| | | | |
|-----|-------------------|---|---------|
| 54 | Desterro | João Leite de Almeida | ARENA 1 |
| 55 | Desterro de Malta | Cristalino Gomes dos Anjos | ARENA 1 |
| 56 | Diamante | Abraão de Souza Diniz | MDB |
| 57 | Dona Inês | Luís José da Silva | ARENA |
| 58 | Duas Estradas | Paulo Alves da Silva | ARENA 1 |
| 59 | Emas | Antônio Leite Lourenço | ARENA 1 |
| 60 | Esperança | Odaildo Taveira Rocha | Arena 1 |
| 61 | Fagundes | José Ferreira Dantas | ARENA 1 |
| 62 | Frei Martinho | Aguitonio Dantas | ARENA |
| 63 | Guarabira | Antônio Roberto de Souza Paulino | MDB 2 |
| 64 | Gurinhém | Sebastião Gomes de Araújo | ARENA 1 |
| 65 | Gurjão | Manoel de Farias Gurjão | ARENA |
| 66 | Ibiara | Afonso Kerle Filho | ARENA 1 |
| 67 | Imaculada | Antônio Martins | ARENA |
| 68 | Ingá | José Claudiano da Silva | ARENA 1 |
| 69 | Itabaiana | Aglair da Silva | ARENA 1 |
| 70 | Itaporanga | Manoel Marleno Barros | ARENA 1 |
| 71 | Itapororoca | Humberto Espínola Guedes | MDB 1 |
| 72 | Itatuba | Jose Lacerda Cavalcante | ARENA 1 |
| 73 | Jacaraú | José Luís da Silva Netto | MDB |
| 74 | Jericó | Lauro Rodado de Oliveira | ARENA 1 |
| 75 | João Pessoa | Hermano Augusto de Almeida | Nomeado |
| 76 | Juarez Távora | Lourival Santino da Silva | ARENA 3 |
| 77 | Juazeirinho | Francisco Antônio da Nobrega | MDB |
| 78 | Junco do Seridó | Teodoro Napoleão Bezerra | ARENA 1 |
| 79 | Juripiranga | Caio Correia de Araújo | MDB |
| 80 | Juru | Antônio Alves Da Silva | ARENA |
| 81 | Lagoa | José de Oliveira Melo | ARENA |
| 82 | Lagoa de Dentro | Raul Rodrigues da Costa | ARENA 2 |
| 83 | Lagoa Seca | Pedro Jacome de Souza | ARENA 1 |
| 84 | Lastro | Luiz Abrantes Sá | ARENA 1 |
| 85 | Livramento | João Torres Vilar | MDB 1 |
| 86 | Lucena | Antenor Lopes Falcão | ARENA 2 |
| 87 | Mãe D'água | Antônio Soares de Figueiredo | ARENA |
| 88 | Malta | Desmoulins Wanderley de Farias | ARENA 2 |
| 89 | Mamanguape | José Rodrigues Pessoa | ARENA 1 |
| 90 | Manaíra | Sebastião Rabêlo Sobrinho | ARENA |
| 91 | Mari | José Paulo de França | ARENA |
| 92 | Massaranduba | José Roberto de Souza | ARENA 1 |
| 93 | Mataraca | João Madruga da Silva | ARENA |
| 94 | Mogeirol | Wlafredo de Melo Silveira | MDB |
| 95 | Montadas | Maciel | MDB 1 |
| 96 | Monte Horebe | Lourival Dias de Oliveira | ARENA 1 |
| 97 | Monteiro | Agamenon Bezerra Lafayette | MDB |
| 98 | Mulungu | Severino Primo de Lima | MDB |
| 99 | Natuba | Antonio Dinoá Cabral | ARENA 1 |
| 100 | Nazarezinho | José Augusto Mendes | ARENA 1 |
| 101 | Nova Floresta | João Soares de Oliveira | ARENA 1 |
| 102 | Nova Olinda | Luiz Leite da Silva | ARENA 1 |
| 103 | Nova Palmeira | Bento Coelho Pessoa | ARENA |
| 104 | Olho D'água | Severino Pires de Almeida | ARENA |
| 105 | Olivedos | Genesio Gonçalves de Albuquerque da Costa | ARENA 2 |
| 106 | Ouro Velho | Sebastião Ferreira da Costa | ARENA |
| 107 | Passagem | Agamenon Beduíno da Nobrega | ARENA |
| 108 | Patos | Edmilson Fernandes Mota | ARENA |
| 109 | Paulista | Derosse Barbosa de Almeida | ARENA 1 |
| 110 | Pedra Branca | José Ferreira de Azevedo | MDB 1 |

| | | | |
|-----|--------------------------------|-------------------------------------|---------|
| 111 | Pedra Lavrada | Antônio Cordeiro Neto | MDB 2 |
| 112 | Pedras de Fogo | Ronaldo Ribeiro da Costa | MDB |
| 113 | Piancó | Edvaldo Leite de Caldas | ARENA 1 |
| 114 | Picuí | Severino Pereira Gomes | ARENA 2 |
| 115 | Pilar | José Augusto de Brito | ARENA |
| 116 | Pilões | Carlos Alberd Baracuhy da Cunha | ARENA 1 |
| 117 | Piloizinhos | Fausto Alves de Sousa | MDB |
| 118 | Pirpirituba | Jesualdo de Moraes Coelho | MDB |
| 119 | Pitimbu | Fernando Araújo da Cunha | ARENA |
| 120 | Pocinhos | Sílvio Souto de Oliveira | ARENA |
| 121 | Pombal | Atencio Bezerra Wanderley | MDB 1 |
| 122 | Prata | Sigismundo Gonçalves Souto Maior | ARENA 1 |
| 123 | Princesa Isabel | Sebastião Feliciano dos Santos | ARENA 1 |
| 124 | Puxinanã | Francisco Joaquim Claudino | ARENA 1 |
| 125 | Queimadas | Saulo Leal Ernesto de Melo | ARENA 1 |
| 126 | Quixaba | Edmilson Pereira de Lima | ARENA |
| 127 | Remígio | Celso Carneiro Leal | ARENA 2 |
| 128 | Riacho dos Cavalos | Janduhy Suassuna Saldanha | ARENA |
| 129 | Rio Tinto | José Maranhão Silva | ARENA 2 |
| 130 | Salgadinho | Djalma Moraes da Silva | MDB |
| 131 | Salgado de São Félix | José Luiz Neto | MDB |
| 132 | Santa Cruz | Exedito Lopes de Oliveira | ARENA |
| 133 | Santa Helena | Manoel Do nascimento | ARENA 1 |
| 134 | Santa Luzia | Antônio Ivo de Medeiros | MDB |
| 135 | Santa Rita | Marcus Odilon Ribeiro Coutinho | ARENA 3 |
| 136 | Santa Terezinha | Bernabel Alves da Costa | ARENA |
| 137 | Santana de Mangueira | José Nunes | ARENA |
| 138 | Santana dos Garrotes | Felizardo Teotonio Dantas | ARENA 1 |
| 139 | São Bento | Pedro Eulâmpio da Silva | MDB |
| 140 | São João do Cariri | José Jorge da Silva | ARENA 1 |
| 141 | São João do Tigre | Mario Oliveira Chaves | ARENA |
| 142 | São José da Lagoa Tapada | Joaquim Mendes Cavalcante | MDB1 |
| 143 | São José de Caiana | Francisco Joaquim de Sousa | ARENA |
| 144 | São José de Espinharas | Antônio Murilo Wanderley da Nóbrega | MDB |
| 145 | São José de Piranhas | Luiz Alberto de Paiva | ARENA 1 |
| 146 | São José do Bonfim | Manoel de Moura Alves | ARENA |
| 147 | São José do Sabugi | Pedro Miguel de Medeiros | ARENA 2 |
| 148 | São José dos Cordeiros | Genival Ayres de Queiroz | ARENA 1 |
| 149 | São Mamede | Otacílio Bento de Moraes | ARENA 1 |
| 150 | São Miguel de Taipu | Paulo Cavalcanti de Oliveira | MDB |
| 151 | São Sebastião de Lagoa de Roça | Antônio Donato de Medeiros | MDB |
| 152 | São Sebastião do Umbuzeiro | Doncílio Amador | ARENA |
| 153 | Sapé | Abel Cordeiro da Cunha | ARENA 2 |
| 154 | Seridó | Severino Cordeiro Martins | MDB 1 |
| 155 | Serra Branca | Wamberto Torreão Filho | ARENA 1 |
| 156 | Serra da Raiz | Antônio de Almeida Neto | MDB 1 |
| 157 | Serra Grande | Maria Socorro da Silva | ARENA 1 |
| 158 | Serra Redonda | Reginaldo de Paula Freire | MDB 1 |
| 159 | Serraria | Waldemar dos Santos Lima | ARENA 1 |
| 160 | Solânea | Waldomiro Jayme da Rocha | MDB |
| 161 | Soledade | João Bosco Silva | ARENA 2 |
| 162 | Souza | Clarence Pires de Sá | ARENA 1 |
| 163 | Sumé | Leonardo Guilherme D'oliveira | ARENA 1 |
| 164 | Tacina | José Teixeira de Lima | ARENA |
| 165 | Taperoá | José Vilar | MDB |
| 166 | Tavares | Manoel Leite da Silva | ARENA 1 |
| 167 | Teixeira | Antônio Eudes Gomes Costa | ARENA 1 |
| 168 | Trinfo | João Evangelista Duarte | ARENA 1 |

| | | | |
|-----|-----------|----------------------------|---------|
| 169 | Uiraúna | Antônio Maurilio de Aquino | ARENA |
| 170 | Umbuzeiro | Terezinha Lins Pessoa | ARENA 1 |
| 171 | Várzea | Mario Primo de Araújo | MDB |

FNTE: Site do TRE-PB.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE EXPERIÊNCIAS NAS *FRENTES DE EMERGÊNCIA* (EX-VEREADOR)

1. NOME COMPLETO?
2. IDADE?
3. PROFISSÃO?
4. NATURALIDADE?
5. VOCÊ FOI ELEITO VEREADOR EM QUE ANO?
6. VOCÊ FOI ELEITO VEREADOR POR QUAL PARTIDO?
7. QUEM ERA A LIDERANÇA POLÍTICA DE SEU PARTIDO EM SÃO JOÃO DO CARIRI?
8. VOCÊ TEM LEMBRANÇA DA SECA DE 1979-82? SE SIM, QUAIS?
9. QUAIS SERVIÇOS ERAM PRESTADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (PRFEITO E VEREADORES) AO POVO DURANTE A SECA DE 1979-82?
10. QUAL O SEU PAPEL ENQUANTO VEREADOR JUNTO ÀS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1979-82?
11. QUAIS OS CRITÉRIOS ERAM UTILIZADOS PARA O ALISTAMENTO DAS PESSOAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1979-82?
12. QUAIS OBRAS FORAM CONSTRUÍDAS PELAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1979-82?

13. COMO ERA O DIA-A-DIA DO TRABALHO NAS OBRAS DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1979-82 (HORÁRIO DE CHEGADA E SAÍDA, TAREFAS, FISCALIZAÇÃO DAS TAREFAS, REFEIÇÕES, DESCANSO, PAGAMENTO)?

14. AS PESSOAS ALISTADAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1979-82 FALTAVAM AO TRABALHO POR QUALQUER MOTIVO OU NÃO CUMPRIAM COM SUAS OBRIGAÇÕES NAS OBRAS?

15. HAVIA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS FRENTES DE EMERGÊNCIA E A POLÍTICA LOCAL DURANTE A SECA DE 1978-82?

SE LEMBRAR PARA PEDIR PERMISSÃO PARA GRAVAR A ENTREVISTA E DE TAMBÉM CITAR A DATA EM QUE A MESMA ACONTECEU.

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE EXPERIÊNCIAS NAS FRENTES DE
EMERGÊNCIA (AGRICULTOR)**

1. NOME COMPLETO?

2. IDADE?

3. PROFISSÃO?

4. NATURALIDADE?

5. VOCÊ TRABALHOU EM FRENTES DE EMERGÊNCIA? SE SIM, EM QUE ANO?

6. QUEM ERA RESPONSÁVEL PELO ALISTAMENTO NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA (PESSOA OU REPARTIÇÃO RESPONSÁVEL PELO ALISTAMENTO)? HAVIA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS FRENTES DE EMERGÊNCIA E A POLÍTICA LOCAL?

7. QUANTAS PESSOAS FIZERAM PARTE DESSA FRENTE DE EMERGÊNCIA?

8. EM QUE OBRAS VOCÊ TRABALHOU QUANDO PARTICIPOU DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA?

9. COMO ERA O DIA-A-DIA DO TRABALHO NAS OBRAS DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA (HORÁRIO DE CHEGADA E SAÍDA, TAREFAS, FISCALIZAÇÃO DAS TAREFAS, REFEIÇÕES, DESCANSO, PAGAMENTO)?

10. COMO AS PESSOAS FAZIAM PARA RESISTIREM AO TRABALHO PESADO DAS OBRAS DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA?

SE LEMBRAR PARA PEDIR PERMISSÃO PARA GRAVAR A ENTREVISTA E DE TAMBÉM CITAR A DATA EM QUE A MESMA ACONTECEU.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE EXPERIÊNCIAS NAS *FRENTES DE EMERGÊNCIA* (FUNCIONÁRIA APOSENTADA DA EMATER)

1. NOME COMPLETO?

2. IDADE?

3. PROFISSÃO?

4. NATURALIDADE?

5. VOCÊ COMEÇOU A TRABALHAR NA EMATER EM QUE ANO?

6. VOCÊ TRABALHOU NA EMATER DE SÃO JOÃO DO CARIRI ENTRE QUE ANOS?

7. VOCÊ TINHA DOMICÍLIO ELEITORAL EM SÃO JOÃO DO CARIRI?

8. VOCÊ TEM LEMBRANÇA DA SECA DE 1978-82? SE SIM, QUAIS?

9. QUAIS SERVIÇOS ERAM PRESTADOS PELA EMATER AO POVO DURANTE A SECA DE 1978-82?

10. QUAL O PAPEL DA EMATER JUNTO ÀS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82?

11. QUANTAS PESSOAS FIZERAM PARTE DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82?

12. QUAIS OBRAS FORAM CONSTRUÍDAS PELAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82?

13. QUAIS OS CRITÉRIOS ERAM UTILIZADOS PARA O ALISTAMENTO DAS PESSOAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82?

14. COMO ERA O DIA-A-DIA DO TRABALHO NAS OBRAS DAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82 (HORÁRIO DE CHEGADA E SAÍDA, TAREFAS, FISCALIZAÇÃO DAS TAREFAS, REFEIÇÕES, DESCANSO, PAGAMENTO)?

15. AS PESSOAS ALISTADAS NAS FRENTES DE EMERGÊNCIA DURANTE A SECA DE 1978-82 FALTAVAM AO TRABALHO POR QUALQUER MOTIVO OU NÃO CUMPRIAM COM SUAS OBRIGAÇÕES NAS OBRAS?

16. HAVIA UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS FRENTES DE EMERGÊNCIA E A POLÍTICA LOCAL DURANTE A SECA DE 1978-82?

SE LEMBRAR PARA PEDIR PERMISSÃO PARA GRAVAR A ENTREVISTA E DE TAMBÉM CITAR A DATA EM QUE A MESMA ACONTECEU.

FOTO - Escritório local da EMATER de São João do Cariri - PB.



FONTE: Acervo do autor.